

A CONJURAÇÃO MINEIRA

Apenas quatro anos depois de ter sediado a primeira extração de uma loteria no Brasil, a cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, foi palco daquela que se tornaria uma das mais emblemáticas lutas do povo brasileiro, embora sua importância tenha sido mais simbólica do que concreta. O movimento começou a nascer em dezembro de 1788, quando alguns dos personagens mais importantes da capitania das Minas Gerais se encontraram para uma reunião conspiratória. Eram três tipos de homens os que se articularam em torno do movimento: intelectuais de peso, meros entusiastas (como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, de alcunha Tiradentes) e, em maior número e muito mais voz de comando, mineradores endividados. Mais tarde se juntaria ao grupo o negociante Joaquim Silvério dos Reis, talvez o homem mais endividado da capitania, com um passivo oito vezes superior aos ativos.

Apesar de muitos planos e muitas ideias, a verdade é que a articulação do golpe revelou-se tão vaga quanto os projetos do futuro governo. Em tese, a revolta levaria à fundação, em Minas, de uma república independente, cuja capital seria São João Del Rey. A exploração do Distrito Diamantino seria liberada, assim como a exploração do ferro e a industrialização. Seriam construídos hospitais, criada uma universidade e abolida a escravidão. O governo seria entregue ao poeta Tomás Antônio Gonzaga, por três anos – a seguir, seriam convocadas eleições livres. Minas estava destinada a ser, portanto, uma espécie de paraíso na Terra.

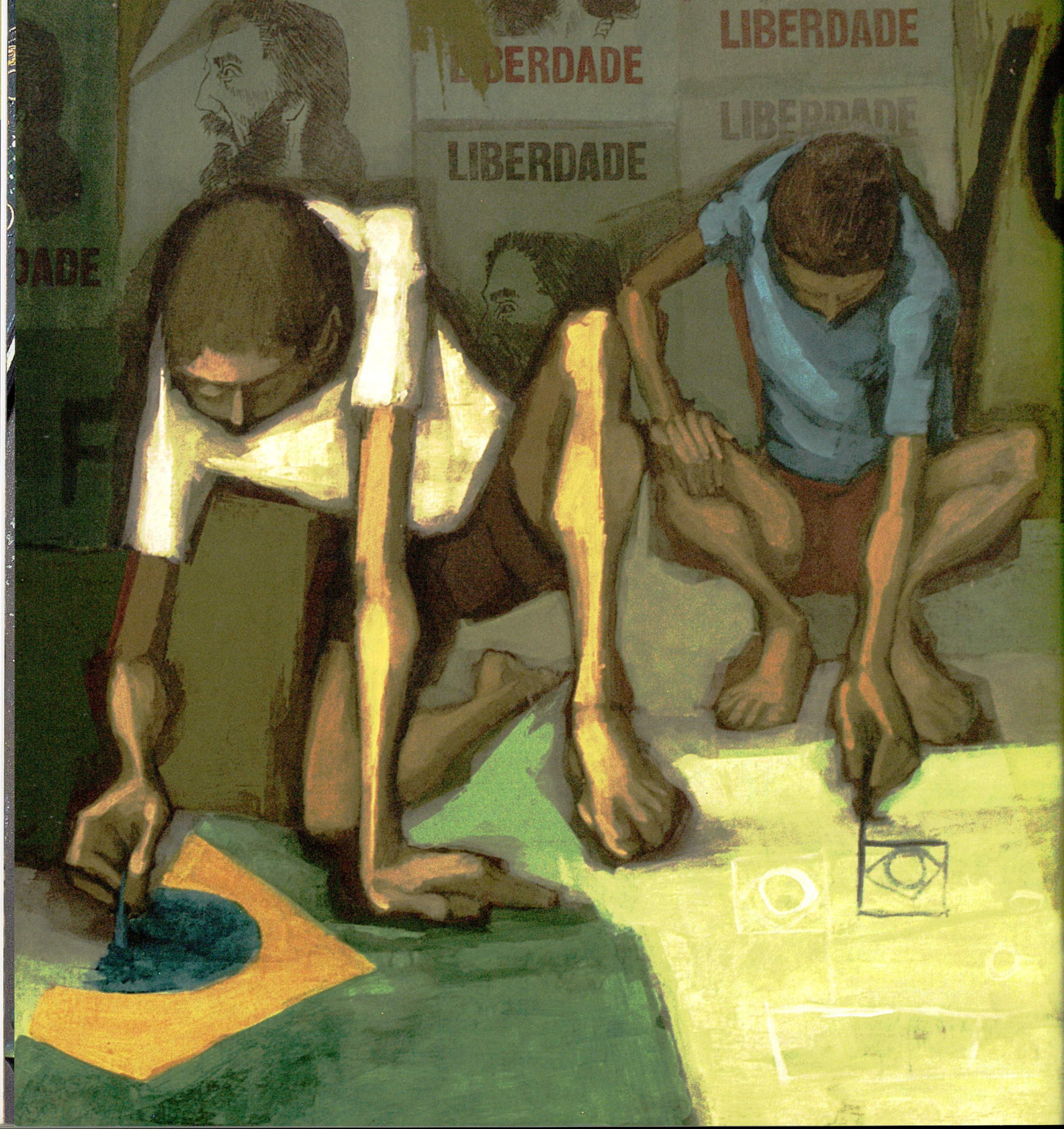
Embora a Conjuração seja considerada uma luta pela liberdade no Brasil, para o historiador norte-americano Kenneth Maxwell, autor de *A Devassa da Devassa*, o melhor livro sobre o tema, "a conspiração dos mineiros era, basicamente, um movimento de oligarcas, no interesse da oligarquia, sendo o nome do povo invocado apenas como justificativa. (...) A revolta proporcionava aos magnatas locais um subterfúgio pré-fabricado para alcançarem seus objetivos egoístas sob o disfarce de um levante popular".

Como quer que tenha sido, a repressão ao movimento e o martírio de Tiradentes deram ao Brasil um genuíno herói nacional, e, cantada em prosa e verso, a dramática história da Conjuração Mineira – também chamada de Inconfidência – ainda emociona e encanta milhões de brasileiros.



Parte III

Os Patrimônios


LIBERDADE
LIBERDADE
LIBERDADE
LIBERDADE

Patrimônio Artístico

Caixa de Pinturas

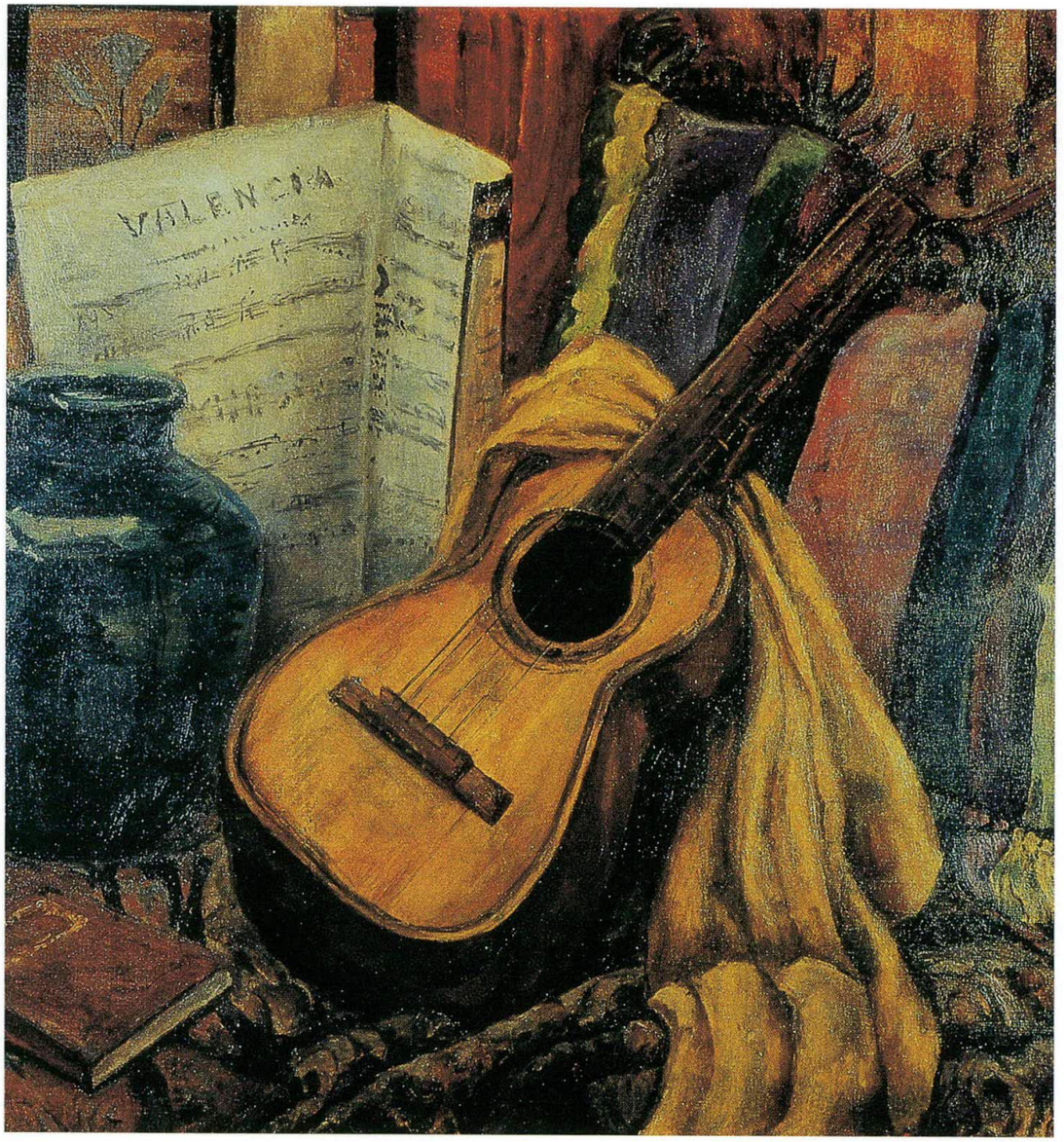
Embora em 1887 o então presidente da Caixa Econômica da Corte, conselheiro Antonio Tolentino, tenha diagnosticado a existência de uma "antinomia" – ou seja, um profundo conflito moral – entre poupança e loteria, o fato é que a Caixa deve muito às apostas feitas pelos brasileiros. E essa dívida não está ligada apenas ao poder do dinheiro: afinal, é preciso salientar que, se o processo definido pelo crítico Paulo Herkenhoff como "transformação do capital econômico em capital simbólico" de fato ocorreu ao longo da história da Caixa, não restam dúvidas de que ele está diretamente ligado às loterias.

Tal conexão iniciou-se, entretanto, de forma fortuita. Tudo começou em 1967, quando, aos 53 anos, a pintora Djanira da Mota e Silva (1914-1979) viu-se sem recursos para um tratamento de saúde. Uma infância de dificuldades, passada na lavoura, arando a terra, à qual logo se somou a juventude suburbana de vendedora ambulante, resultou numa tuberculose, contraída aos 23 anos – e tão grave que a levou a ser internada na ala de pacientes terminais do Sanatório Dória, em São José dos Campos (SP). Embora tenha se curado, a pintora ficou com a saúde fragilizada.

Em fins de 1967, Djanira, uma artista já reconhecida, teve de passar pelo constrangimento de oferecer seus préstimos à Caixa em busca de uma maneira de pagar seu tratamento. Foram-lhe encomendadas então quatro obras temáticas, sobre Inconfidência Mineira, São João, Independência e Natal, utilizadas para ilustrar os bilhetes das quatro maiores extrações da Loteria de 1968. Foi uma solução engenhosa: afinal, ao olhar os bilhetes nos quais depositavam sua "fezinha", agricultores, vendedores e operários de todo o país que jamais visitariam um museu contemplavam também um pouco da arte brasileira. Nos anos subsequentes, seriam encomendados, com o mesmo fim e os mesmos temas, quadros a vários outros artistas, como Di Cavalcanti (1897-1967), Guignard (1896-1962), Graciano (1907-1988) e Glauco Rodrigues (1929). Nasceu assim o acervo artístico da Caixa Econômica Federal.

Hoje com mais de mil pinturas, gravuras, esculturas e tapeçarias, o acervo contém obras modernistas, avança pelo século 20, abrangendo várias tendências abstracionistas, e culmina na contemporaneidade, em criações que estremeceram os conceitos plásticos. Em 1987, quando Brasília foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, foram incorporadas ao acervo 60 peças feitas para homenagear a cidade. Também na década de 1980, por ocasião da incorporação do BNH, outras 246 obras passaram a enriquecer o patrimônio artístico da Caixa. Depois disso, foram feitas novas aquisições, com a instituição dando continuidade ao exercício do mecenato. Boa parte dos quadros selecionados para ilustrar esta página e as seguintes desempenhou um papel crucial na formação da identidade brasileira – formação que a Caixa tem respaldado do ponto de vista econômico e também no sentido de preservação cultural.

O lirismo que é libertação



VALÊNCIA
Anita Malfatti, óleo sobre tela, 80 x 80 cm, 1927.
Museu da Caixa, Brasília

P. 262 – CAIXA-FORTE
Cofre-forte fabricado no Porto, em Portugal, na década de 1920, e usado pela Caixa do Rio de Janeiro nessa mesma época.
Museu da Caixa, Brasília

P. 264 – INDEPENDÊNCIA
Glênio Bianchetti, 1987
Museu da Caixa, Brasília

A ligação entre a Caixa Econômica Federal e o movimento modernista brasileiro – já revelada em outras partes deste livro – vai além do fato de um Andrade, o Oswald, ter sido sobrinho de Inglês de Souza, presidente da instituição, e do fato de outro Andrade, o Mário, ter sido filho de um homem que fez carreira na Caixa, começando como porteiro e chegando a gerente. Embora a Caixa tenha, de certo modo, garantido o pão e o leite do criador do Movimento Antropofágico e do pai de *Macunaíma*, "o herói sem nenhum caráter", o importante aqui é ressaltar que a instituição reúne atualmente em seu acervo obras de Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral (mulher de Oswald), Anita Malfatti (1896-1964), Cândido Portinari (1903-1962) e outros modernos.

Se não são os quadros que criaram polêmica e debates inflamados desde a histórica mostra individual de Anita Malfatti em 1917, passando pela Semana de Arte Moderna de 1922 e pelo paroxismo modernista que se seguiu, tais obras sem dúvida preenchem lacunas na historiografia da arte brasileira moderna e são eloquentes quanto à trajetória de seus autores, além de terem preparado o terreno para a arte abstrata e contemporânea. Embora esses quadros sejam parentes das obras do modernismo da primeira hora, são líricos. Líricos de um lirismo que é libertação.

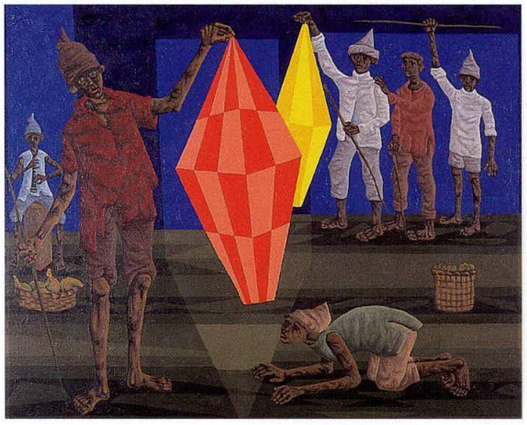
O quadro mais antigo do acervo, *Valência*, de Anita Malfatti, pintado em Paris, em 1927, desvenda uma reformulação em relação ao seu expressionismo original; um recurso sutil ao cubismo e outro não tão sutil à figuração de ateliê, preservando, entretanto, as cores fortes da jovem Anita. Embora Djanira não tenha sido modernista, mas uma artista de obra pessoal, seu quadro *Inconfidência* revela o pontilhamento rumo à arte ingênua, sem meios-



tons, sem sensação de profundidade, com as formas chapadas em uma mesma dimensão e de raízes populares e compassivas.

Os quadros *Natal* e *Independência*, de Di Cavalcanti, mostram a redução, na trajetória do pintor, do cubismo à incontornável importância dada às figuras humanas e ao tipo local. Nos traços faciais dos brasileiros de *Independência* (pintado em 1969, durante os anos de chumbo), vê-se uma reedição com notas pessimistas da perplexidade modernista: o brasileiro olhando pela primeira vez para si mesmo. *Pescadores*, pintado já na velhice do artista, no ano de sua morte, apresenta a exuberância de cores que lhe caracterizou e a temática da mulata – sempre expressão de beleza – reunidas em uma espécie de síntese das tendências plásticas que lhe foram importantes: expressionismo, cubismo e fauvismo.

Em *Balões*, realizado sob a ditadura militar, Graciano revela, ironicamente, suas influências de Portinari, com figuras humanas simples e quase desfiguradas em situação caótica. O pós-modernista Carybé (1911-1997), um argentino radicado na Bahia, apresenta em *Independência* as cores tropicais e as linhas alongadas que conferiram leveza a toda sua obra, aplicadas a um tema que de modo algum era de sua predileção: a batalha.



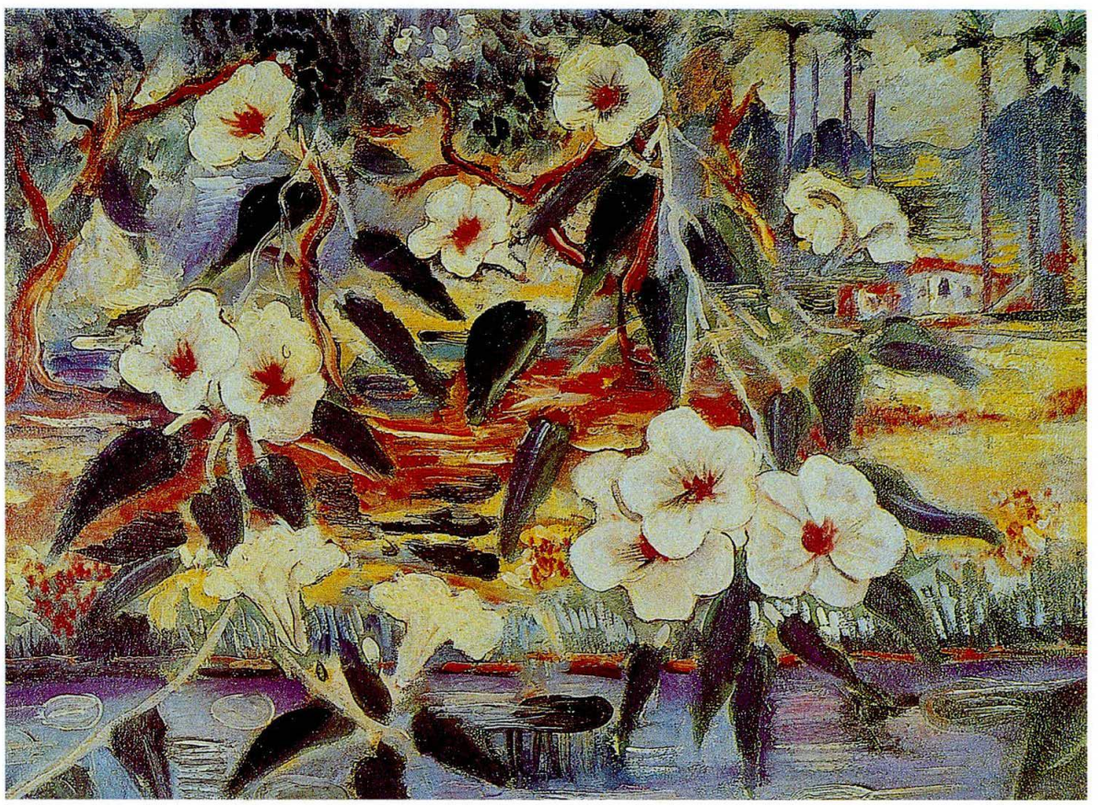


NO ALTO – INCONFIDÊNCIA
Djanira, guache, 60 x 120 cm, 1969.
Museu da Caixa, Brasília

ACIMA, À ESQUERDA – BALÕES
Graciano, óleo sobre tela, 80 x 100 cm, 1972.
Museu da Caixa, Brasília

ACIMA, À DIREITA – NATAL
Di Cavalcanti, óleo sobre tela, 80 x 100 cm, 1969.
Museu da Caixa, Brasília

A ebulição do Pós-Modernismo





FLORES
Aldo Bonadei, óleo sobre tela, 55 x 45 cm, 1970.
Museu da Caixa, Brasília.

ACIMA, À DIREITA – FLORES COM PAISAGEM
Guignard, óleo sobre tela, 54 x 73 cm, sem data.
Museu da Caixa, Brasília

Baixada a poeira das primeiras manifestações modernistas e passados os anos loucos do movimento, Alberto da Veiga Guignard começou a se afirmar no cenário das artes plásticas brasileiras na década de 1930. Partilhou com José Pancetti (1902-1958) o primeiro plano das artes também na década de 1940. Diz-se por vezes que sua obra – de um decorativismo instintivo e sempre imbuída de atmosferas oníricas – afasta-se das ideias modernistas. Mas o caráter local é uma constante, ainda que frequentemente os temas regionais e nacionais sejam mostrados idilicamente, como neste *Flores com Paisagem*. Ao gosto dos mestres modernistas franceses, como Matisse e Monet, Guignard apresenta-nos ipomeias brancas de corolas vermelhas sobre um cenário campestre de sonho: a paisagem local confortadora à qual a alma humana deseja retornar.

Aldo Bonadei (1906-1974) fez parte do grupo paulista Santa Helena, iniciado nos anos 1930 com pintores (de parede!) de origem proletária e imigrante, no qual também surgiram figuras como Alfredo Volpi (1896-1988), Francisco Rebolo (1902-1980) e Mário Zanini (1907-1971). Bonadei, com sua gradual desobediência ao figurativismo naturalista e libertação da referência minuciosa da realidade, com sua força de cores e tentativa de reorganizar abstratamente o espaço – como pode ser visto em *Flores* –, ocupa com Volpi a linha de frente dos santelenistas e aponta para a radicalização das tendências abstracionistas.

A recriação radical do real

Após o choque de duas guerras mundiais, o cenário artístico internacional passou a rejeitar cada vez mais a imitação da realidade externa como forma do pensar artístico. Os preceitos por trás das manchas impressionistas – de sublinhar o modo de ver em vez do objeto contemplado – foram exagerados e, em um mundo progressivamente desumano e *nonsense*, as figuras e velhas paisagens desapareceram das telas dos artistas de ponta no que foi a revolução abstracionista.

No Brasil do Estado Novo (e em toda a América do Sul), o movimento disseminou-se nas décadas de 1940 e 1950. Como os artistas da primeira leva modernista já estavam maduros demais para participar de tão radical renovação, coube o bastão aos mais novos, que não tinham vivido nem os turbulentos anos de 1920, nem o realismo social da década seguinte. Cícero Dias, Antônio Bandeira (1922-1967) e Samson Flexor foram figuras epicêntricas na difusão do abstracionismo brasileiro e suas variadas ramificações: abstracionismo geométrico, lírico, orgânico, expressionista, construtivista, concretista e informal.

Ao longo de sua carreira, Milton Dacosta (1915-1988) praticou a racionalização da forma, tendo flertado com o cubismo e com o concretismo, chegando, finalmente, à abstração. O óleo *Figura*, de um momento posterior de sua carreira, mostra a síntese da preocupação com a recriação formal da realidade e a importância da figura humana, distorcida, mas lírica.

Um dos nomes mais fortes da pintura abstrata brasileira, Tomie Ohtake (1913) iniciou sua obra com a figuração, explorou os efeitos de textura, para só então chegar ao seu ponto alto – do qual esta tela do acervo da Caixa, sem título, é testemunha. O contraste entre as cores é abrandado, e os jogos de relevo ocupam lugar pouco importante. Fazendo apelo à alegre decoração, a obra madura da pintora não dispensa a contenção que caracteriza a maioria dos artistas plásticos nipo-brasileiros.

Dionísio Del Santo (1925) é um dos grandes nomes da arte serigráfica. Por meio das múltiplas possibilidades oferecidas pela tiragem da serigrafia, Dionísio atingiu um malabarismo de efeitos visuais, exercitando a volumetria sem recorrer à imitação realista-naturalista.

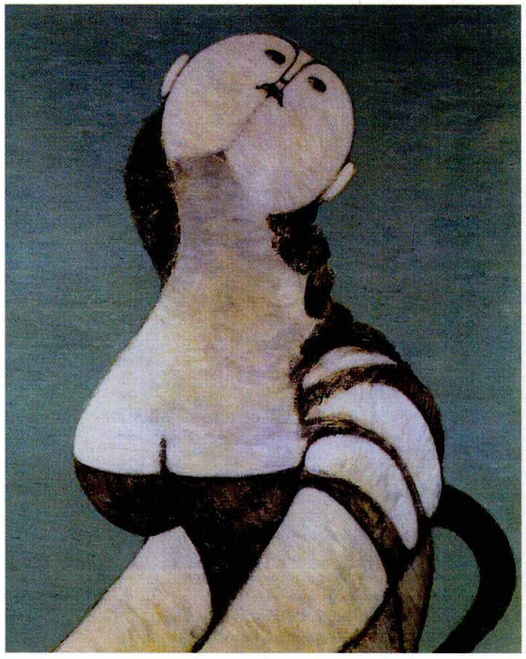
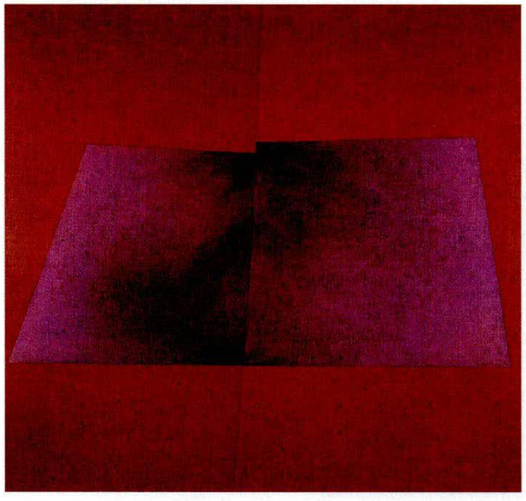
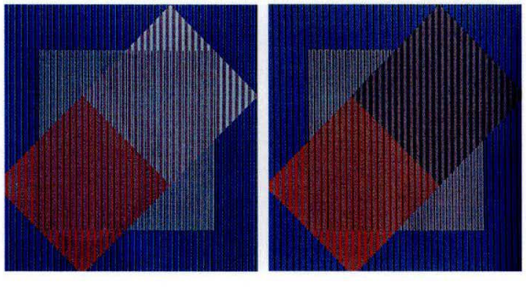


FIGURA
Milton Dacosta, óleo sobre tela, 81 x 65 cm, 1965.
Museu da Caixa, Brasília



SEM TÍTULO
Tomie Ohtake, óleo sobre tela, 100 x 100 cm, 1978.
Museu da Caixa, Brasília



TEMA VIBRAÇÕES = 110
Dionísio Del Santo, serigrafias sobre papel, gravura permuta XXV e gravura permuta XXXIX, 43 x 43 cm (cada), 1978.
Museu da Caixa, Brasília

Queda das fronteiras artísticas



Considerando-se como arte contemporânea a produção das últimas três décadas do século 20, têm-se duas características principais: a coabitação das mais diversas tendências, técnicas e conceitos plásticos e a inclusão, dentro da própria obra, do debate sobre conceituações artísticas. A permanência abstracionista se explica pela continuidade das condições que haviam ocasionado, ao longo do século, a dissolução do naturalismo. Tal tendência está presente na obra *AB – 7/72*, de Manabu Mabe (1924-1997), que, com uma escala cromática reduzida e poucos elementos, propõe um estado psíquico lírico e intenso, mostrando figuras disformes e de textura complexa sobre um fundo liso e luminoso.

Por outro lado, o *Piquenique* de Glênio Bianchetti (1928) condensa parte do figurativismo da segunda metade do século. Suas figuras humanas foram gradualmente estilizadas, e pode-se dizer que o artista, integrante do Clube da Gravura de Porto Alegre – do qual também participaram Vasco Prado, Carlos Scliar, Danúbio Gonçalves e Glauco Rodrigues –, fez uso de colagens, mistura de texturas e outros materiais, prenunciando os questionamentos do que seja matéria-prima artística.

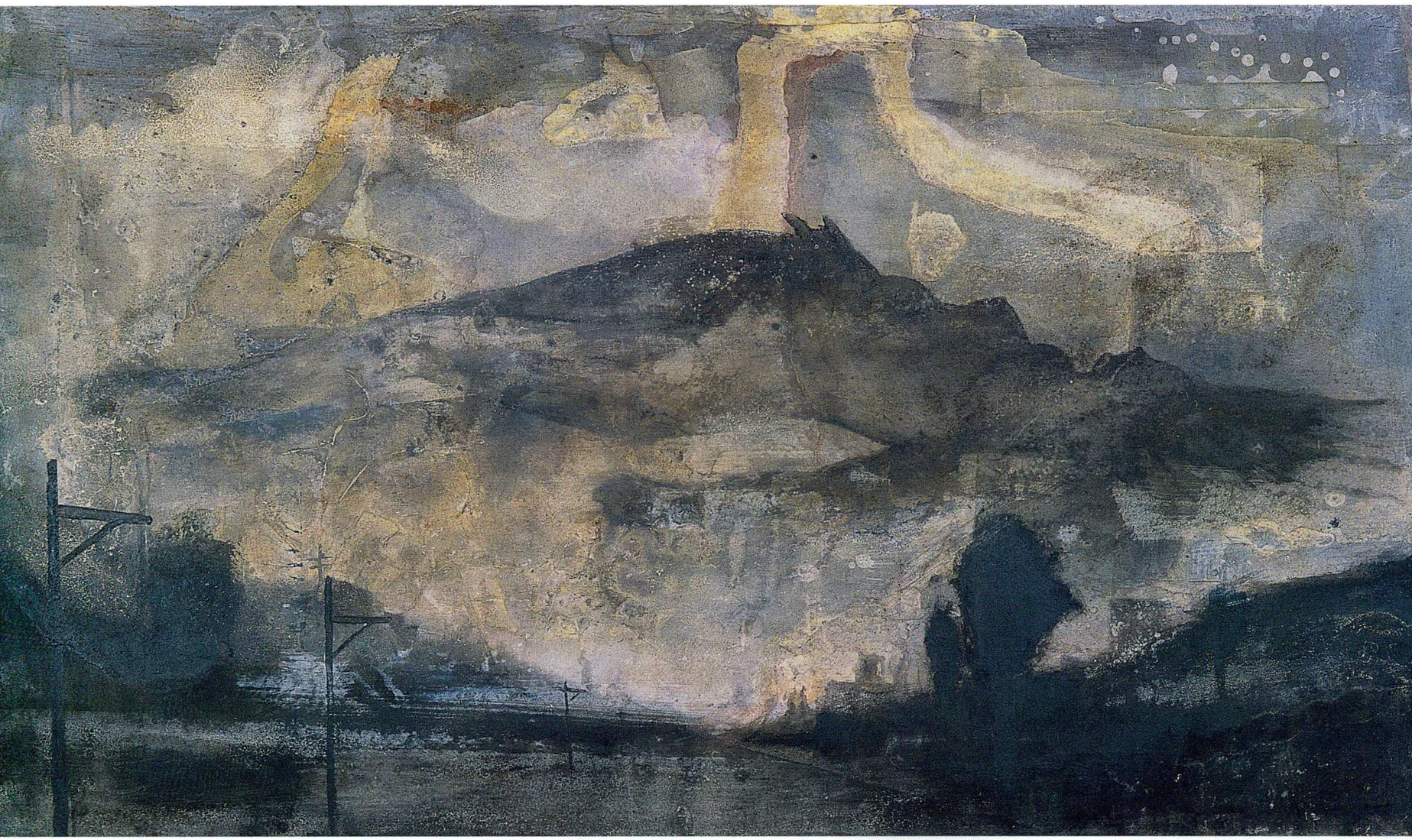


Em Daniel Senise (1955), um dos nomes de ponta das artes atuais, abstração e toques de figuração unem-se em prol de uma atmosfera dramática, onírica, beirando o trágico. Como em *Moema*, onde imagens sem significação aparente, fragmentadas e mutiladas trazem à tona a sensação de inquietação, inserindo-se no melhor do imaginário fantástico.

Outro partidário das figuras e paisagens sombrias e assustadoras, seguindo a tradição de Bacon e de Bosch, é o goiano Siron Franco (1947), que, com pinceladas de cores escuras e apagadas, infesta sua obra de sarcasmo e de humor macabro. Neste quadro do acervo da Caixa, *Notícias do Dia* 21 *de Junho de 1998*, Franco mostra que sua ironia não é gratuita: ela provém do risível absurdo da vida, da degradação, da vitória do irracional malévolo. Sua técnica de colagem mista, apropriando-se de materiais destituídos de nobreza, como folhas de jornal, é indício do esvaecimento das fronteiras definidas do que é ou não é arte.

ACIMA – A/B-7/72
Manabu Mabe, óleo sobre tela, 92 x 123 cm, 1972.
Museu da Caixa, Brasília

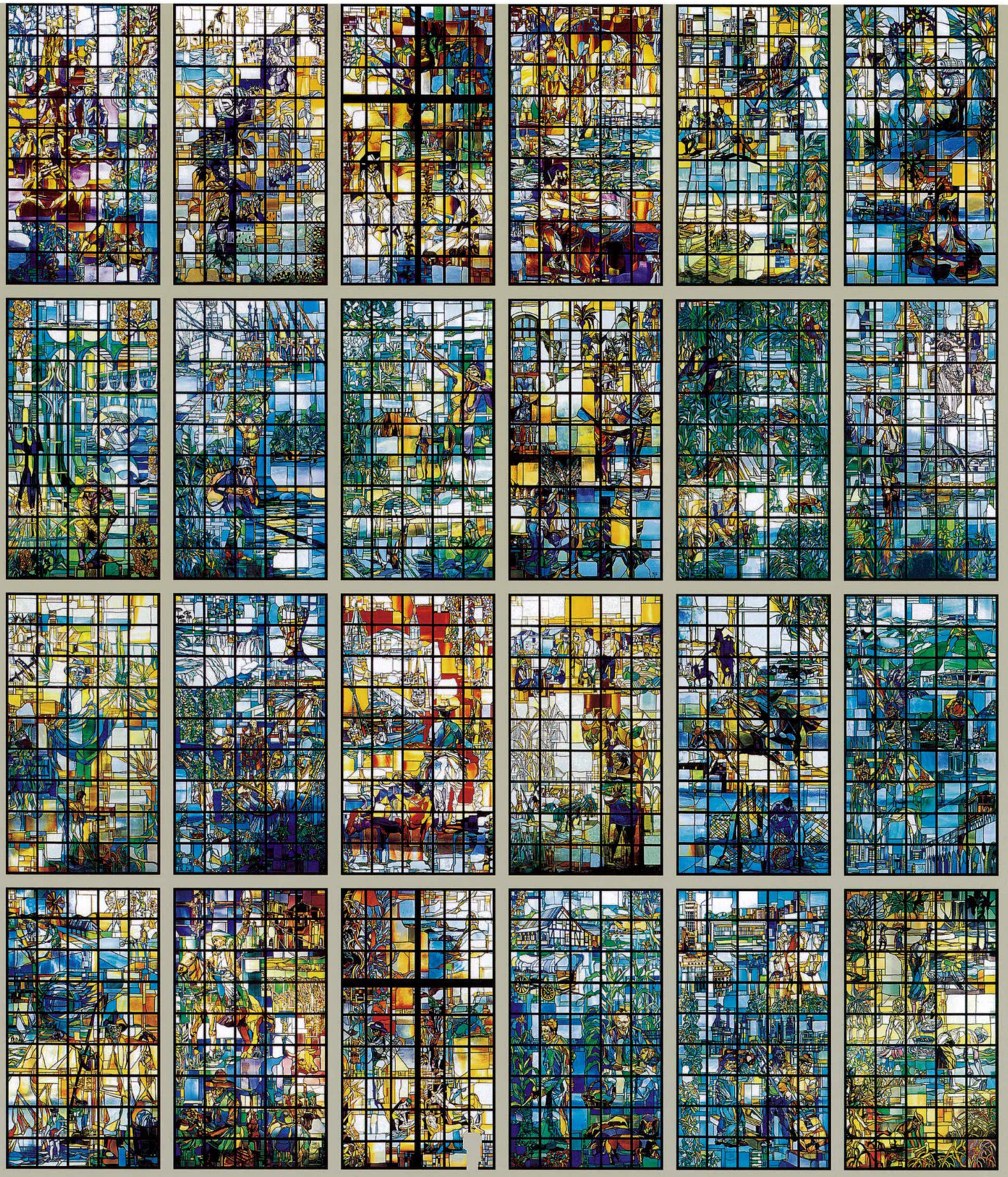
À ESQUERDA – PIQUENIQUE
Glênio Bianchetti, acrílico sobre tela, 160 x 110 cm, 1993.
Museu da Caixa, Brasília





ACIMA – MOEMA
Daniel Senise, guache sobre madeira, 100 x 180 cm, 1998.
Museu da Caixa, Brasília

À ESQUERDA – NOTÍCIAS DO DIA 21 DE JUNHO DE 1998
Siron Franco, colagem sobre cartão, 80 x 120 cm, 1998.
Museu da Caixa, Brasília



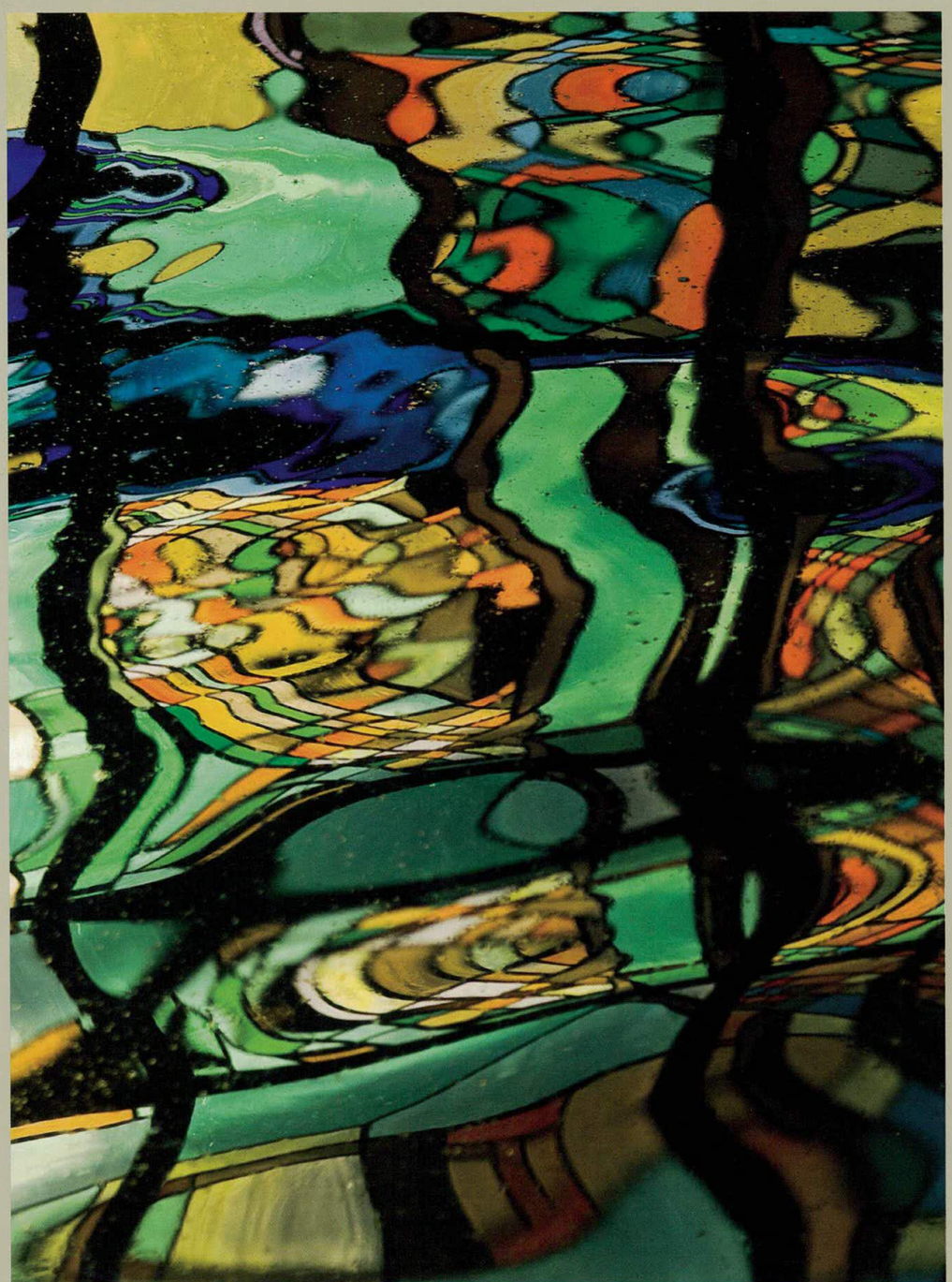
Átrio dos Vitrais enche a Caixa de cores

Com origens que remontam ao Oriente no século 10, a arte dos vitrais se aperfeiçoou e ganhou o mundo a partir da Europa, tendo estabelecido com os temas religiosos sua mais estreita ligação. Ironicamente, um ofício baseado no efeito da luz sobre multicoloridos mosaicos conheceu seus anos de ouro durante a entrevada Idade Média. Os mais famosos encontram-se em catedrais como as de Notre-Dame, em Paris, e da cidade de Chartres, ambas na França.

A beleza dos vitrais os levou muito além das igrejas e casas de bemerência e, embora sejam uma forma de arte secular, continuam encantando a todos que têm a oportunidade de contemplá-los. Foi por essa razão que o edifício-sede da Caixa tornou-se atração turística de Brasília. O imponente Átrio dos Vitrais é composto de 24 peças criadas pelo vitralista e pintor Lorenz Johannes Heilmair.

Filho de um pintor, Heilmair nasceu na Alemanha em 1951, mas sua família migrou para o Brasil no ano seguinte. O artista criou os vitrais e a pintura do teto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, os vitrais da Igreja Matriz de Blumenau, da Catedral do Rio e da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, entre mais de 80 trabalhos executados em igrejas do país.

Os vitrais da Caixa homenageiam os estados brasileiros, suas histórias, suas gentes, seu folclore e sua vocação econômica (dois deles contemplam dois estados cada um e Tocantins ficou de fora por ter sido criado depois). Com sua beleza e imponência, os vitrais também ajudam a emoldurar e engrandecer as exposições e instalações artísticas realizadas no Átrio.





Caixa Cultural

Fundada quando o Brasil ainda era um império, a Caixa acompanhou, ao longo de seus 150 anos, as principais transformações na vida nacional, da libertação dos escravos à proclamação da República, do ingresso das mulheres no mercado de trabalho à plena democratização. Não apenas sua trajetória confunde-se com a formação do Brasil moderno, como a Caixa é parte ativa do processo.

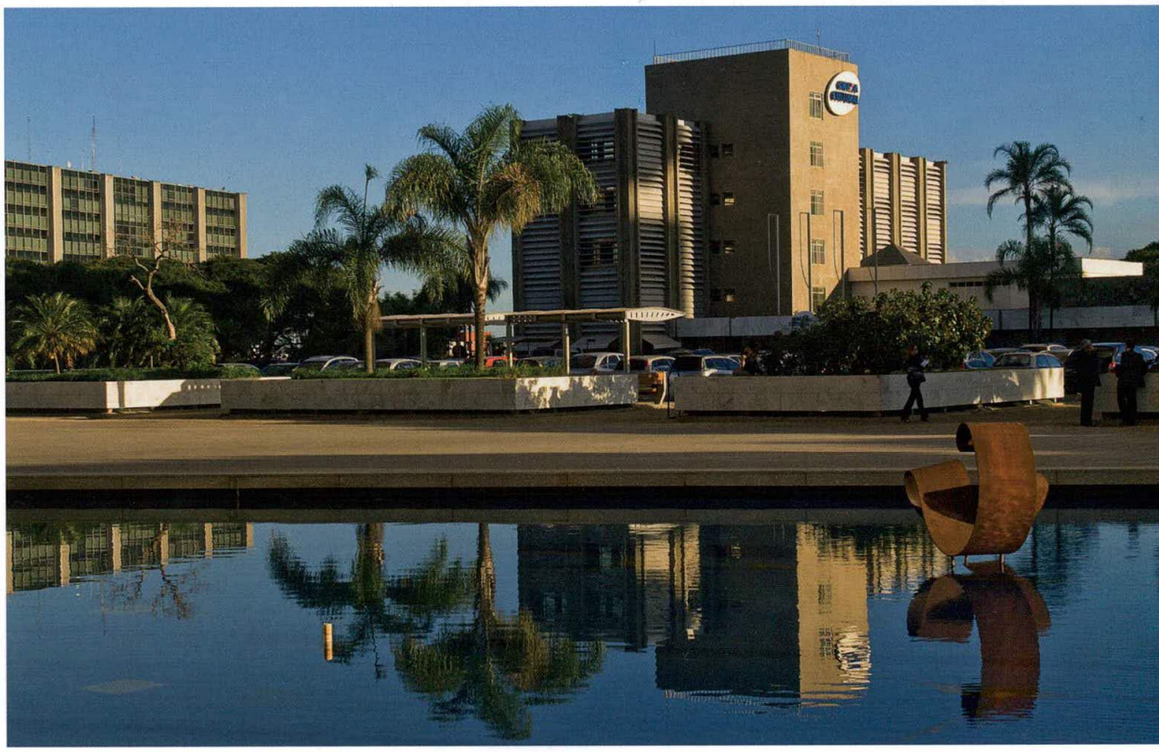
Por volta do final da década de 1960, começou a ficar evidente que a instituição possuía, em seus almoxarifados, repartições e escritórios espalhados pelo país, diversos documentos, máquinas, moedas, objetos e obras de arte que, uma vez reunidos, resgatariam não apenas a história da Caixa, mas a própria história do Brasil.

Depois de anos de esforços coletivos dos economiários de todas as paragens, em 12 de agosto de 1980 enfim foi inaugurado em Brasília o Conjunto Cultural da Caixa. Além de abrigar o precioso acervo, o espaço viria a se tornar um importante agente promotor das manifestações artísticas e culturais em todas as suas formas de expressão.

O sucesso da iniciativa fez com que ela logo se expandisse a várias capitais do país. Desde então, os Conjuntos Culturais da Caixa não se limitam a exibir o acervo histórico – o que já seria uma missão por si só relevante –, mas apoiam artes plásticas, teatro, música, dança, literatura e fotografia, levando a arte e a cultura a todo o Brasil. Os Conjuntos, afinal, fazem parte de um projeto ainda maior: a Caixa Cultural.

Depois de abrir suas galerias e teatros para exposições e espetáculos nacionais e internacionais, a partir de 2007 a Caixa colocou seu acervo à disposição do público na internet. Por meio do site da Caixa Cultural é possível realizar, por exemplo, um passeio virtual pelas obras de artistas como Carybé, Di Cavalcanti e Djanira, entre várias outras possibilidades. O site funciona ainda como uma importante ferramenta para produtores culturais, que podem conferir a programação mensal de cada Conjunto Cultural e ter acesso às especificações técnicas completas de todos os espaços, projetos, programas e patrocínios.

Os Conjuntos Culturais da Caixa Econômica Federal – teatros, museus, galerias e salas de projeção – estão localizados em Salvador, Fortaleza, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Porto Alegre. As páginas que se seguem convidam o leitor a empreender um passeio por eles e conhecê-los melhor.



Conjunto Cultural de Brasília



ACIMA E NO ALTO – COM A CARA DA CIDADE
O primeiro Conjunto Cultural inaugurado pela Caixa integra um complexo arquitetônico concebido por João Tiedemann com o propósito de se encaixar de modo harmonioso no perfil da capital federal.

Criado em 1980, o Conjunto Cultural de Brasília, o primeiro instituído pela Caixa, está localizado em um ponto privilegiado, no Setor Bancário Sul, próximo do centro, do Eixo Monumental (principal via, que corta a cidade de ponta a ponta), de uma estação do metrô e da rodoviária urbana. Faz parte de um complexo arquitetônico projetado por João Tiedemann que, com a ousadia de suas linhas, atrai o olhar dos visitantes e se encaixa de modo harmonioso no perfil futurista da capital federal.

Como um dos objetivos do conjunto é apresentar a história da Caixa, já próxima à entrada, no canteiro frontal, uma estátua do imperador D. Pedro II, criador da instituição, faz as honras da casa. Os jardins suspensos estão disponíveis para exposições de esculturas ao ar livre.

O *foyer* funciona como uma generosa área de integração e oferece acessos independentes a diversas funções – recepção, teatro, projeto didático, galerias no térreo, mezanino e primeiro andar, café cultural e livraria –, facilitando a circulação e a localização no edifício. O Átrio dos Vitrais, atração turística da cidade, compõe-se de 24 grandes vitrais do artista plástico alemão Lorenz Heilmar que representam os estados do Brasil, suas gentes e tradições.

A galeria principal, por suas condições técnicas de padrão internacional, é considerada uma das melhores do país. Inaugurada em 2001 com a exposição de Edvald Munch, já exibiu obras de artistas como Miró, Eckhout, Kertész, Portinari, Brecheret, Weissmann, Roberto Magalhães, Pierre Mendell, Jorge Martins, Otto Dix, Félix Nadar, Pierre Verger, Martin Chambi, Thomas Ender, Milton Ribeiro, Bianchetti, Aguilar, Luis Humberto, Galeno e Bené Fonteles, entre outros. Abrigou ainda trabalhos do Museu do Inconsciente, dos artistas da Bienal do Mercosul e a exposição *História em Quadrões*, de Maurício de Sousa.

As galerias Picolla I e Picolla II, igualmente inauguradas em 2001, depois que o espaço passou por uma grande reforma de modernização, podem ser utilizadas em conjunto com a galeria principal ou acolher exposições de pequeno porte. Já passaram pelo local trabalhos de Fernando Madeira, Leonilson, Cláudia Andujar, Andréa Farias, Orlando Azevedo, Inha Bastos, Tesouros Fotográficos do Quai d'Orsay, Renina Katz, Naura Timm, Helena Lopes, Giovana Dantas, Mônica Barki, Carlos Carvalho, Ɒepardon, Toledo, entre outros. A sala também recebeu a mostra *Tapetes Contadores de Histórias.*

No mezanino do Conjunto Cultural de Brasília está instalada a *Pequena Mostra do Acervo Histórico Caixa*, uma síntese da magnífica coleção de peças da instituição. Ali podem ser vistos equipamentos, objetos do penhor, artigos e maquinários de loterias, móveis das primeiras agências, documentos e fotografias – inclusive cadernetas de poupança de diversas épocas, como as dos escravos que economizavam para comprar suas cartas de alforria, conforme vimos neste livro.

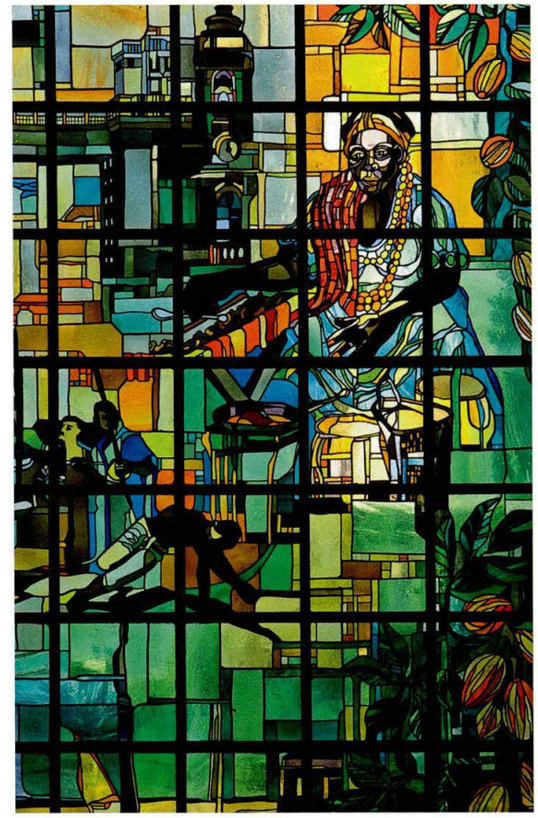
Localizada no primeiro andar, a galeria Vitrine teve suas instalações reformadas quando o acesso pelo *foyer* foi implementado e, desde 2002, já recebeu obras de artistas como Picasso, Fay Godwin, Wols, Rosa Gauditano, Cristiano Mascaro, Fayga Ostrower, a coleção Pirelli/MASP de fotografia e a exposição temática Carmen Miranda.

No quarto andar funciona ainda o projeto didático *Gente Arteira*, que oferece transporte gratuito para escolas da rede pública ou instituições carentes, aliando ação pedagógica à programação cultural, com oficinas de artes plásticas, música, dança e teatro.

A Caixa Cultural tem sua atuação pautada pela diversidade e qualidade de eventos, preservação de identidades culturais, disseminação de valores e fomento à cultura. A fim de tornar a arte e a cultura acessíveis a todos, garante ingresso gratuito às exposições das galerias e preços populares nos espetáculos e shows apresentados no Teatro da Caixa, cujo projeto de restauro foi realizado por J. C. Serroni – um dos maiores especialistas no ramo – e contemplou ampliação do palco, plateia e camarins, além da modernização dos equipamentos de som e da iluminação cênica.

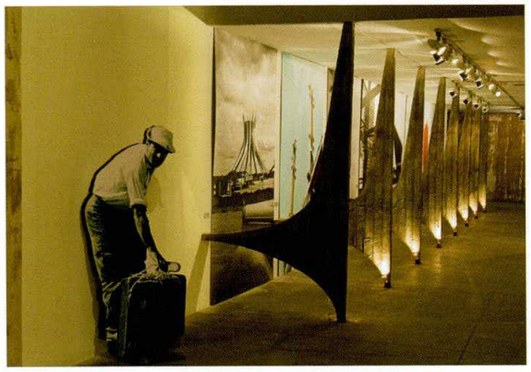
A leitura, as oficinas e as palestras gratuitas são estimuladas no Espaço Leitura e Debate, que proporciona acesso a jornais, revistas, catálogos e livros de arte e literatura infanto-juvenil, além da exibição diária de vídeos especializados em arte e acesso gratuito à internet.

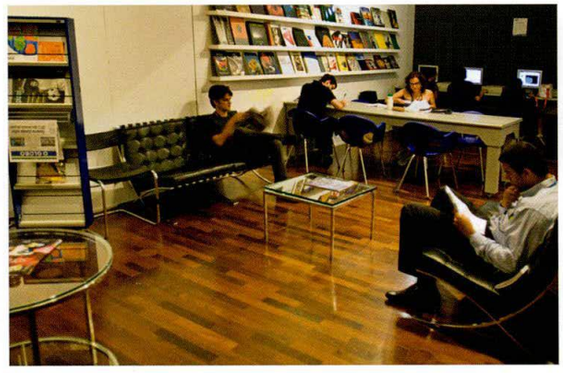
No Café Cultural, inaugurado em 2007 como resultado de uma parceria entre a Caixa e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), funciona também uma livraria com obras sobre artes plásticas, fotografia, arquitetura, moda, educação e culinária, entre outros temas.



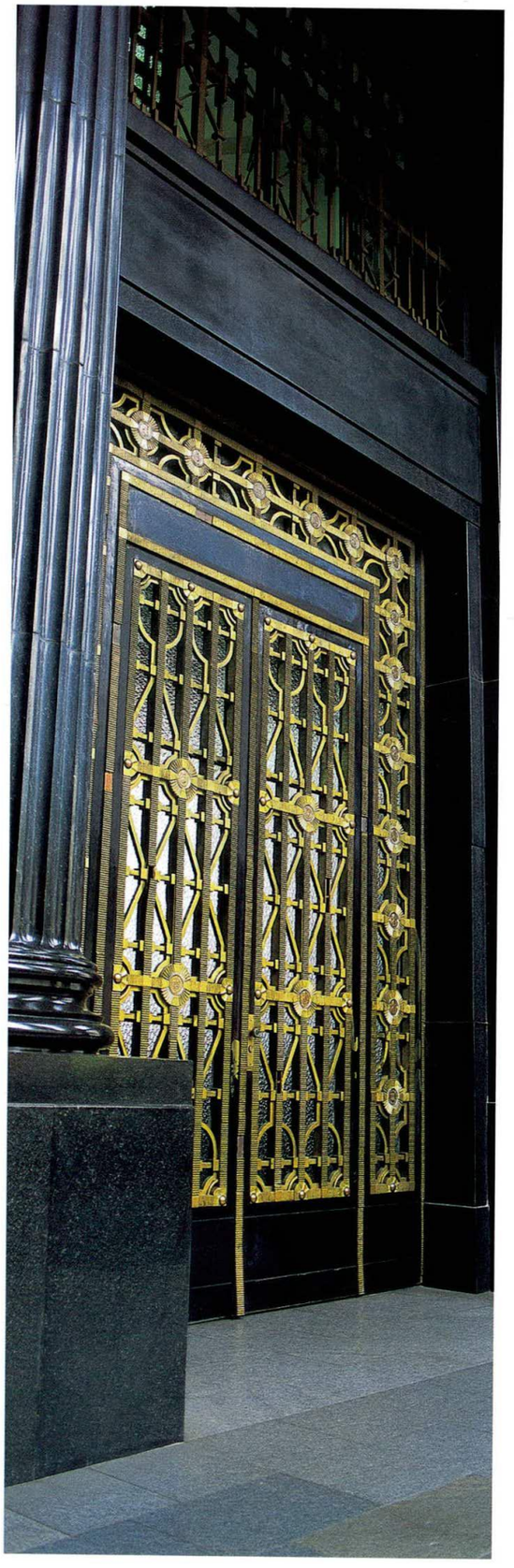
ACIMA – A BAIANA
Detalhe de um dos vitrais do artista Lorenz Heilmair presentes no átrio.

ABAIXO – MULTIFUNCIONAL
Espaços para mostras, sala de leitura e auditório são algumas das opções oferecidas pelo Conjunto Cultural de Brasília.









Conjunto Cultural de São Paulo

Na maior cidade do país, o Conjunto Cultural da Caixa, inaugurado em 29 de agosto de 1989, possui três imponentes espaços: o Conjunto da Sé (praça da Sé, 111, 3º e 4º andares), Caixa da Paulista (avenida Paulista, 2.083) e Vão Livre (avenida Paulista, 1.842).

Caixa Cultural da praça da Sé

A Caixa Cultural da praça da Sé ocupa um espaço no Edifício Sé, uma grandiosa construção no estilo *art déco*, ornada com detalhes de latão, bronze e aço escovados e mármore, erguida em 1939 para ser a sede da Caixa Econômica Federal de São Paulo. Trata-se de um prédio histórico, tombado, no qual funcionam, além da Caixa Cultural, algumas áreas administrativas e a Agência Sé. No térreo do edifício, com pé-direito elevado, o grande salão integra o térreo ao segundo andar, onde se destaca um grande vitral de Henrique Zucca – cujo tema é o trabalhador e as riquezas de São Paulo – além de três painéis luminosos com imagens da antiga Igreja São Pedro dos Clérigos, do período colonial, demolida para a construção do atual edifício. O espaço do Grande Salão é utilizado para espetáculos de dança, teatro, shows, debates, leituras dramáticas e palestras. Ali também se encontram as galerias Florisbela de Araújo Rodrigues e D. Pedro II. A galeria Florisbela tem seu nome em homenagem à primeira poupadora da Caixa em São Paulo, no ano de 1875, cuja caderneta encontra-se no museu da instituição.

Trata-se de um espaço semiaberto, localizado na entrada da Caixa Cultural, apropriado para exposições de pequeno porte e que possui duas grandes aberturas, como janelas, voltadas para a entrada principal.

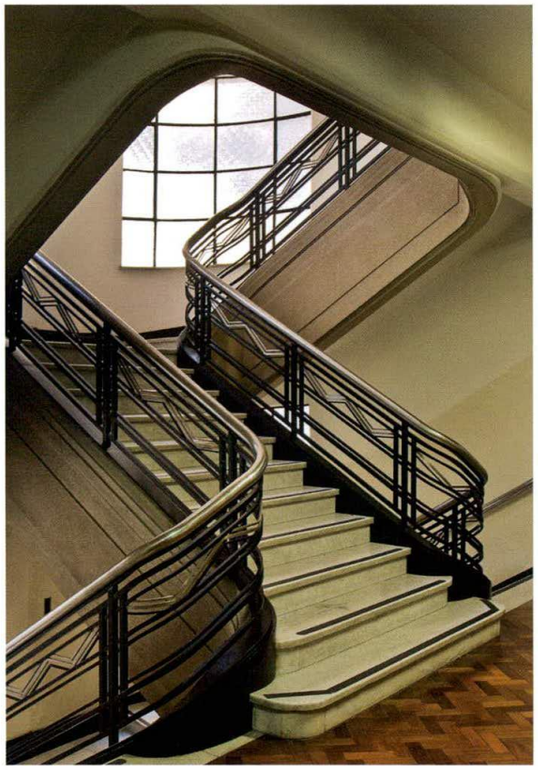
Com espaço amplo, climatizado e silencioso, a galeria D. Pedro II homenageia o segundo imperador do Brasil, intelectual incentivador da arte, da ciência e da cultura, fundador da Caixa Econômica Federal. No edifício da Sé, dois economiários que dedicaram seu trabalho à preservação da memória da Caixa têm seus nomes homenageados em galerias: a Michelon reverencia Neuter Michelon, primeiro gerente designado para a área cultural de São Paulo. É um espaço fechado, amplo, com parte de suas paredes de vidro voltada para o grande salão e está localizado no primeiro andar, assim como a galeria Octogonal, espaço com vão central de 4 metros que permite ao visitante apreciar o andar térreo.

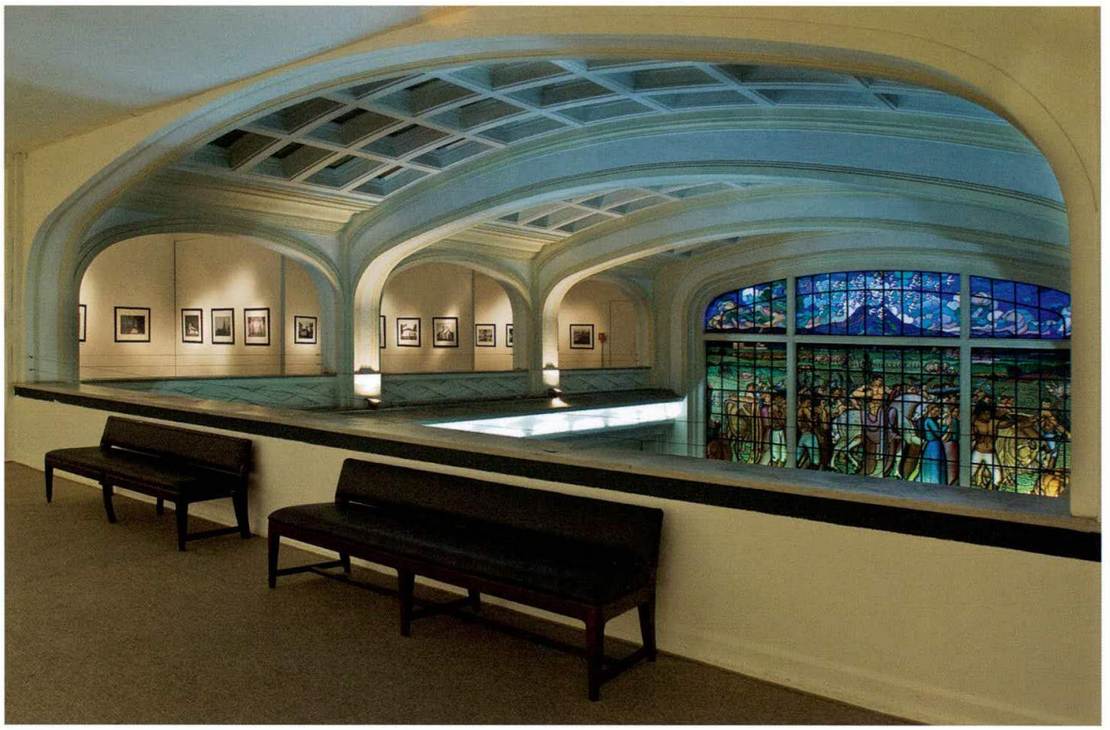
Já a galeria Humberto Betetto, localizada no segundo andar, homenageia o funcionário da Caixa por 41 anos e um dos primeiros a se preocupar com a preservação da memória da empresa. Além dos espaços para mostras de artes plásticas, sala de leitura e sala de oficinas, e de um auditório de 65 lugares bastante utilizado para apresentação de palestras, cursos e exibições cinematográficas, o Conjunto Cultural da Sé possui um museu no sexto andar, tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) por manter as características originais do ambiente de uma agência bancária entre as décadas de 1930 e 1940. Cadernetas de poupança do Segundo Império, antigos bilhetes lotéricos, instrumentos de penhor e até a sala

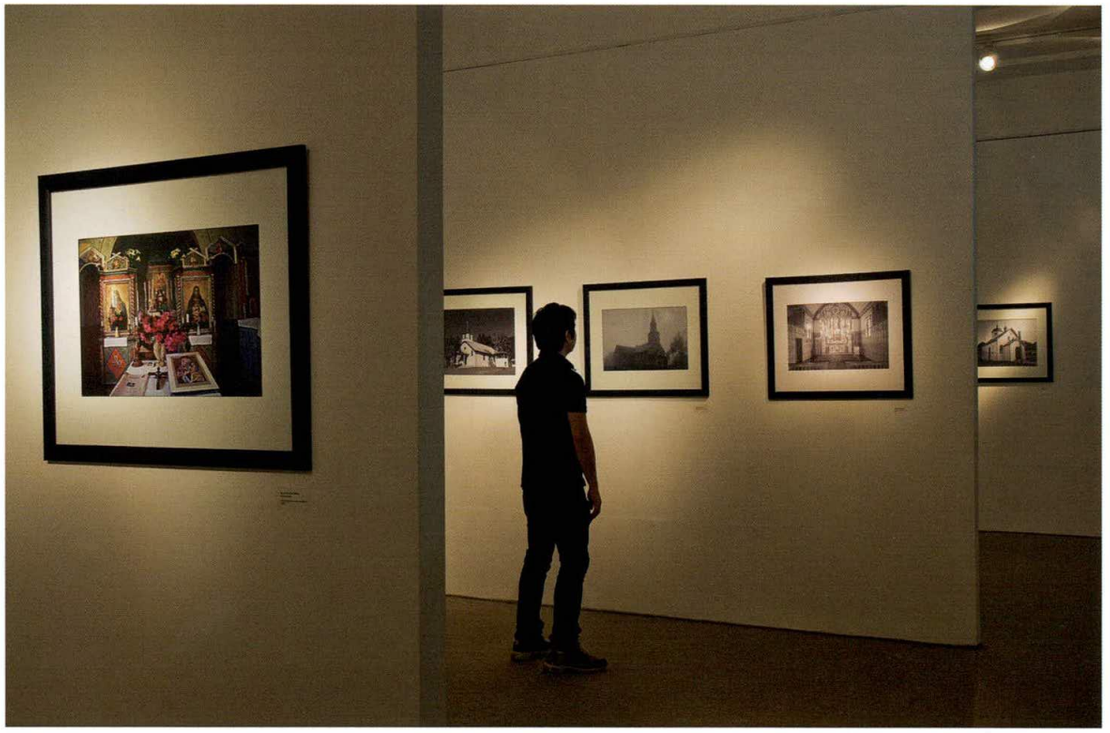
do conselho e a sala da presidência, com suas decorações originais, fazem parte do acervo. Uma exposição numismática explica aspectos da evolução do dinheiro, desde os tempos do escambo até hoje.

Em seus treze espaços expositivos, com 1.100m², o Museu exibe uma exposição permanente de objetos que contam a história da Caixa em São Paulo, apresentando fotos, móveis, equipamentos e ambientes com instalações originais, preservadas desde a sua fundação.

- Coleção de fotos de H. Becherini que retratam o Edifício Sé em 1940.
- Sala da presidência na sua forma octogonal, com mobiliário original.
- Agência de Época, mobiliada e decorada com objetos das décadas de 1920, 1930 e 1940.
- Sala da Loteria, com vários mecanismos de sorteio e bilhetes antigos.
- Sala de Diretoria, com móveis em metal que imitam madeira encomendados para a inauguração do Edifício Sé em 1939.



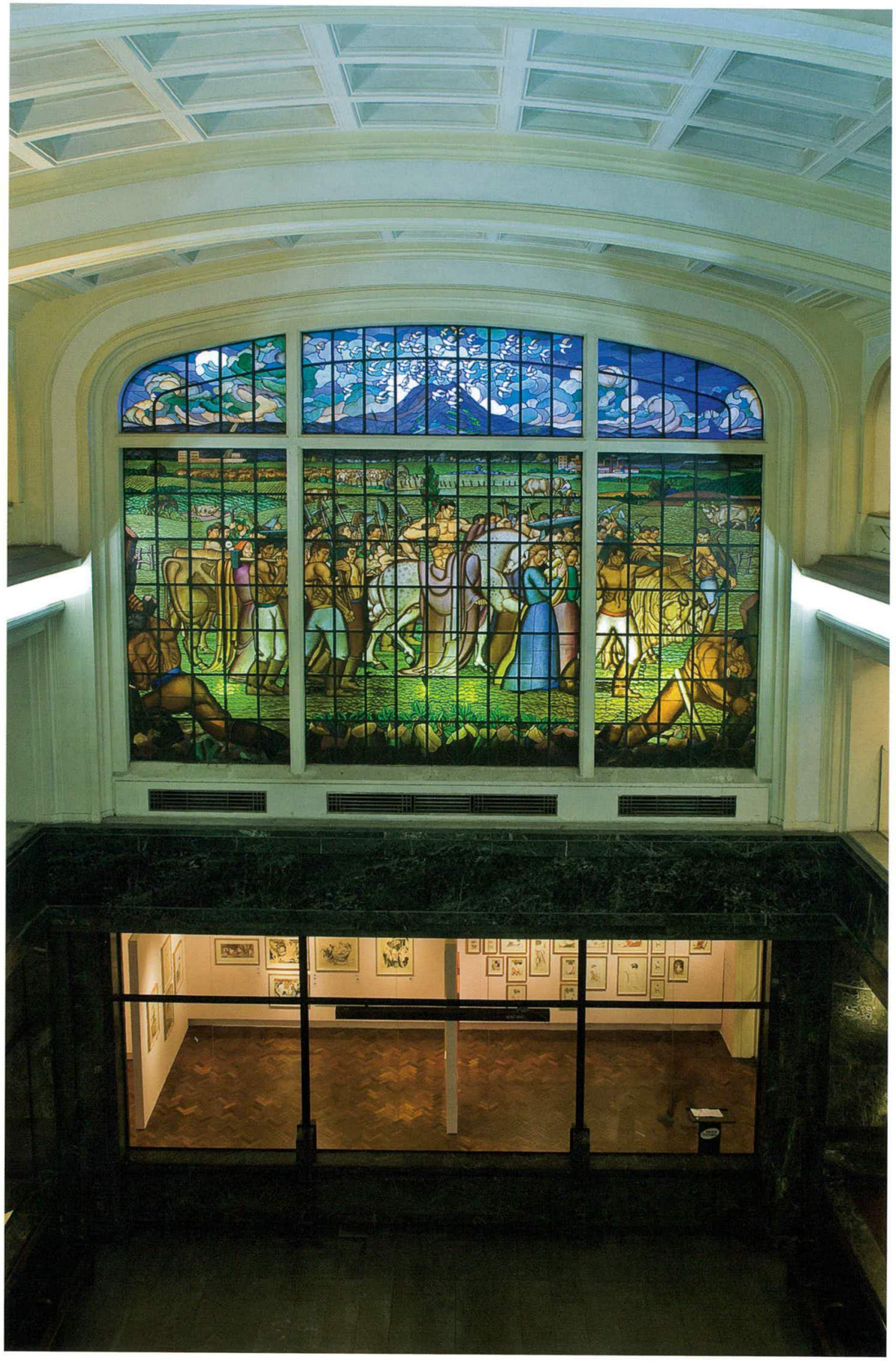




À ESQUERDA – AS ESCADAS DA SÉ
Interior do prédio que já foi matriz da Caixa de São Paulo.

P. 278 – COLUNAS JÔNICAS
A imponente entrada da antiga agência da praça da Sé em São Paulo.

ACIMA – ARTE PRIVILEGIADA
Prédio da Sé abriga vários espaços para exposições.



■ Sala da Poupança, que expõe a primeira caderneta, aberta por Florisbela de Araújo Rodrigues, moradora da rua Direita, em 1875.

■ Painéis fotográficos retratando os primeiros prédios da instituição em São Paulo e também o quadro de empregados em 1925.

■ Mapas executados pela SARA Brasil S/A, publicados em 1930, e que mostram a configuração da cidade de São Paulo um pouco antes da Revolução Constitucionalista.

■ Sala do Penhor, com balanças e equipamentos utilizados na avaliação de joias.

■ Sala do Serviço Médico, com uma mesa de pequenas cirurgias, além de diversos instrumentos e equipamentos cirúrgicos utilizados na década de 1930.

■ Sala da Habitação, local de trabalho do primeiro diretor da área, exibe os móveis originais. Destaque para a vista privilegiada da Catedral da Sé.

■ Galeria dos Presidentes apresenta retratos dos presidentes da Caixa em São Paulo de 1875 até 1970, quando ocorreu a unificação. Os primeiros foram pintados em óleo sobre tela por Pedro Strina na década de 1910.

■ Sala do Conselho, com seu revestimento em lambris em madeira, trabalho realizado por artesãos do Liceu de Artes e Ofícios.

À ESQUERDA – HALL MAJESTOSO
Os vitrais, os materiais nobres e o pé-direito elevado impressionam os visitantes da Caixa Cultural da Sé.

P. 281, ACIMA – ESPAÇO NOBRE, NOBRES OCUPANTES
A galeria na avenida Paulista recebe grandes mostras, como a do fotógrafo francês Félix Nadar.

P. 281, ABAIXO – A CÉU ABERTO
O Vão Livre expõe esculturas e instalações de grande porte.





Caixa Cultural da avenida Paulista

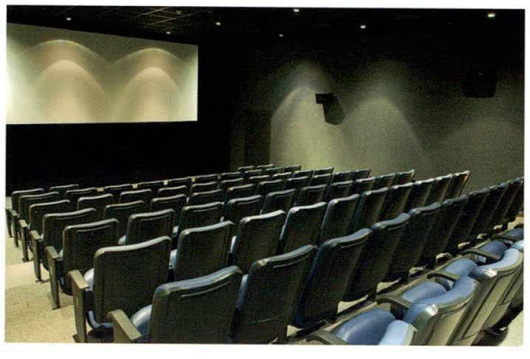
A Caixa mantém dois espaços culturais na avenida mais rica do Brasil. A Galeria da Paulista está localizada no interior do conhecido Conjunto Nacional, importante edifício tombado pelo patrimônio histórico, no número 2.083 da avenida Paulista, de onde vem seu nome e onde foi desativado um antigo posto de penhor dando lugar à Caixa Cultural. Localizada no andar térreo, em uma zona de intenso movimento, a apenas 50 metros da Estação Consolação do Metrô, a galeria tem grande visibilidade e é composta por um piso térreo e um mezanino. O espaço foi fechado para reformas em 2001 e reinaugurado em 20 de março de 2002 com uma exposição do escultor paulista Victor Brecheret (1894-1955), modernista da primeira hora, amigo de Mário e de Oswald de Andrade.

O outro espaço é o Vão Livre instalado a céu aberto no coração da Paulista, que desde 1997 recebe grandes esculturas e instalações. As curadorias do Espaço Caixa da Paulista e do Vão Livre são de responsabilidade do Conjunto Cultural da Caixa da praça da Sé.









Conjunto Cultural Rio de Janeiro

A Caixa Cultural do Rio de Janeiro possui duas instalações, ambas no centro da cidade: uma na avenida República do Chile e outra, inaugurada mais recentemente, no edifício-sede da Caixa, na avenida Almirante Barroso.

Caixa Cultural da avenida Almirante Barroso

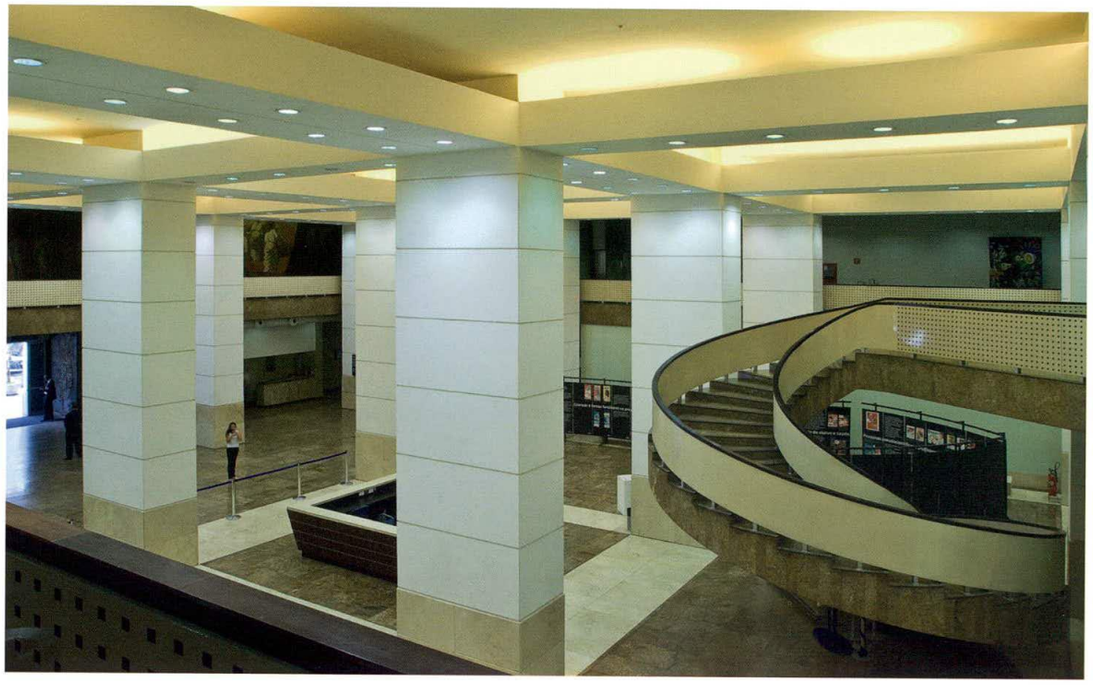
A agência Almirante Barroso, cuja área de mais de cinco mil metros quadrados fazia dela a maior agência bancária da América Latina, foi desativada para abrigar, na totalidade do seu espaço, a Caixa Cultural.

Inaugurado em 29 de junho de 2006, o complexo possui um teatro de arena, dois cinemas, três galerias de arte, cafeteria, livraria, bombonière, além de salas de oficinas e de ensaios.

A Caixa Cultural já se tornou referência na agenda cultural na cidade do Rio de Janeiro, recebendo crescente acolhida do meio especializado e visitação cada vez mais expressiva, inclusive de turistas nacionais e estrangeiros.

Situado no mezanino, o teatro de arena tem capacidade para 226 pessoas, com palco do tipo arena quadrado – o que dá nome ao local – dividindo a plateia em quatro partes. Tanto o teatro do espaço cultural quanto os cinemas 1 e 2 – com 81 e 83 lugares respectivamente – oferecem ao público espetáculos a preços populares.

No piso térreo funciona a galeria 1, inaugurada com a mostra *Fotografia Brasileira Contemporânea*, apresentando um rico panorama da fotografia brasileira dentro de uma notável coleção particular. Além desta, destacaram-se as



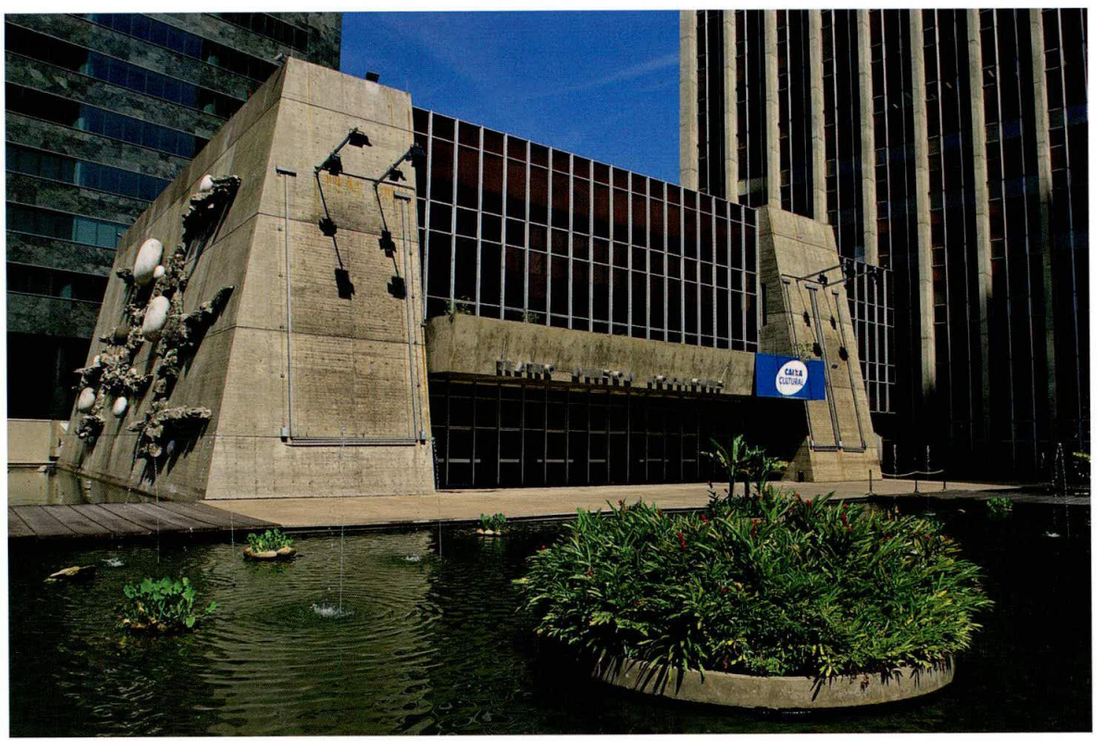
ACIMA E AO LADO – ESPAÇO DE SOBRA
Instalada no que já foi a maior agência bancária da América Latina, a Caixa Cultural da avenida Almirante Barroso abriga teatro, dois cinemas, três galerias de arte, salas de oficinas e ensaios.

exposições de Antonio Parreiras, *Magnum 60 Anos*, Rico Lins e Ziraldo e *Coletivo Potiguar – Imagens da Esquina do Brasil* – com olhares de fotógrafos sobre o Rio Grande do Norte.

No mezanino, as galerias 2 e 3 foram abertas com a exposição retrospectiva *Di Cavalcanti, um Perfeito Carioca*, contendo 110 obras do consagrado artista. Além desta, receberam exposições de Guayasamin, Portinari, Thomas Ender, Tomie Ohtake, *Os Caminhos de Fayga Ostrower*, Roberto Magalhães, *A Gravura Brasileira na Coleção Monica e George Kornis*, Eliseu Visconti, Fabulosas Desordens, Renina Katz, Adriano de Aquino, Carlos Garaicoa e Rubem Grilo, entre outros.

O *hall* situado entre as galerias 2 e 3 funciona também como espaço de exposição, mas somente no caso de uma única mostra ocupar ambas as galerias.

A programação da Caixa Cultural do Rio garante o acesso gratuito a exposições, debates, visitas guiadas, oficinas e afins.



A CASA DO "ANJO PORNOGRÁFICO"
O Teatro Nelson Rodrigues, localizado na avenida Chile, foi inaugurado com Vestido de Noiva. *Anos depois, adotou o nome do grande dramaturgo.*

Caixa Cultural da avenida Chile

Com a extinção do BNH, o teatro italiano com plateia de 394 lugares situado na avenida República do Chile, 230 – que passou a se chamar Teatro Nelson Rodrigues em homenagem ao dramaturgo que inaugurou o espaço com sua famosa peça *Vestido de Noiva* –, foi incorporado ao patrimônio da Caixa em 1986.

O prédio é um marco da arquitetura da década de 1970. Em forma piramidal, é envolvido por jardins, passarelas e espelhos d'água. Uma das fachadas é decorada com baixos-relevos de Carybé, e, outra, em pedras de mármore de autoria de Pedro Correia de Araújo Filho. Na parte interna do teatro, há imensos painéis entalhados em madeira pelos artistas Ernani Macedo e Roberto Sá e belos mosaicos de Freda Jardim.

O Teatro Nelson Rodrigues é considerado um dos 15 melhores do Brasil. Oferece aos artistas muitas possibilidades cênicas, com palco de excelentes dimensões. Submetido em 2003 a uma reforma visando à modernização dos seus equipamentos, foi reaberto em 29 de setembro de 2004 com novas instalações de iluminação, sonorização, refrigeração, sanitários, camarins e revestimento de caixa cênica. O espaço já recebeu grandes artistas como Tônia Carrero, Paulo Betti, Denise Stoklos, Malu Mader, Maria Padilha, Sérgio Brito, Cláudio Marzo, Débora Colker, Grupo Galpão, Cia. de Dança Cisne Negro, Intrépida Trupe, e diretores como Ziembinski, Antunes Filho, Luiz Arthur Nunes, Gabriel Vilella, Gerald Thomas e Aderbal Freire Filho.

No terceiro andar da Caixa Cultural do Rio, a Grande Galeria dispõe de amplo espaço para abrigar os mais distintos trabalhos de expositores nacionais e internacionais, com teto em colmeia de concreto. No segundo piso, o Espaço Gente Arteira presta-se à realização de oficinas pedagógicas. O Gente Arteira beneficia, prioritariamente, os alunos da rede pública de ensino, assim como crianças, adolescentes e pessoas da terceira idade atendidos por ONGs e instituições, visando à inserção social por meio da arte. A iniciativa oferece visitas monitoradas a exposições, oficinas de arte, ingressos para os espetáculos do teatro, participação em debates e seminários, além de lanche e transporte gratuitos.

O espaço possui módulos projetados especialmente para a realização de oficinas de arte, atendendo a crianças, jovens e adultos que participam das visitas monitoradas.

Conjunto Cultural de Salvador



ACIMA E P. 285 – HISTÓRIA E CULTURA
Vista do salão nobre da Casa de Oração, na Bahia, com teto em forma de gamela e azulejos do século 18.

O sobrado do fim do século 17 onde está instalado o Conjunto de Salvador é um legado histórico e cultural tombado pelo IPHAN e restaurado integralmente pela Caixa. Ali funcionou, entre 1757 e 1759, a Casa de Oração doada à Companhia de Jesus para ser um ambiente dedicado aos exercícios espirituais da congregação jesuíta.

Embora tombado em 1938, o prédio estava em péssimo estado, parcialmente incendiado e sob risco de desabamento. O trabalho de restauro começou em 1997. Vigas de concreto foram colocadas para garantir a sustentação do prédio, o belíssimo teto em forma de gamela, com suas pinturas do século 19, foi recuperado, e o gradeado de toda a casa refeito manualmente. Esta verdadeira obra de arte pode ser apreciada no salão nobre, no primeiro andar, acessível por uma escada em madeira, utilizado para exposições, palestras, performances musicais e teatrais de pequeno porte.

Localizada no pavimento térreo, a Galeria Arcos é composta por três ambientes interligados, cujo acesso se dá por portais em forma de arcos – daí sua denominação. A Galeria do Pátio interliga três ambientes no mesmo nível do pátio externo, do anfiteatro e da sala de oficinas que compõem um espaço multiuso, alternativo para espetáculos musicais, teatrais, *workshops* e programas educativos.

Atualmente, os materiais utilizados na época da construção podem ser vistos num sítio arqueológico, onde as paredes originais com argamassa de argila, casca de marisco e óleo de baleia encontram-se à mostra. Os lindos azulejos do século 18 foram retirados dos locais e estão expostos nos corredores e no salão nobre.

Durante as escavações arqueológicas realizadas no prédio, foram encontrados mais de 20 mil fragmentos de objetos dos antigos habitantes da casa, dentre louças e faianças de origem chinesa, inglesa e portuguesa, conchas e cerâmicas. Também estão expostos cachimbos afro-brasileiros e cerâmicas de técnica indígena do Recôncavo Baiano.

No primeiro andar, ao lado do salão nobre, fica a Sala dos Jesuítas, espaço ideal para pequenas mostras e instalações, na qual podem ser vistas ilustrações dos exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola. Fazendo conjunto com o salão nobre e a Sala dos Jesuítas está a Galeria Mirante, formada por três ambientes interligados, acessados por meio de portais em forma de arcos e um belíssimo gradil de ferro.



De fácil acesso, localizada no centro da cidade, próximo à Estação da Lapa, nas imediações do Pelourinho, a Caixa Cultural tem como vizinhos o Museu de Arte Sacra, o Mosteiro de São Bento e a Escola de Música da Universidade Católica do Salvador. Além do público local, é visitada por turistas, estudantes de todas as faixas etárias e instituições que atuam na inclusão sociocultural.

Desenvolve um amplo calendário de eventos que contempla exposições de diversos portes, performances musicais e teatrais, lançamentos de livros, oficinas, palestras, além de um importante programa educativo voltado para as diversas camadas sociais.

NO PÉ DA PÁGINA – COISAS DA VELHA CAIXA
A sala é decorada com mobiliário de antigas agências.

ABAIXO – TRABALHO MANUAL
As grades de ferro foram refeitas artesanalmente.







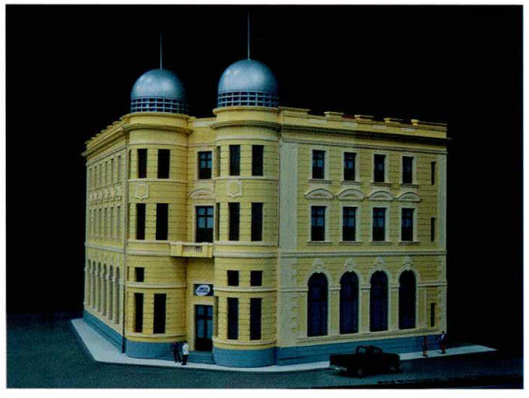
Conjunto Cultural de Recife

No bairro do Recife Antigo, convertido por um programa de revitalização urbana em pólo de lazer e cultura, junto à Praça do Marco Zero – onde há uma placa em que se lê: *"Deste marco partem as distâncias para todas as terras de Pernambuco"* – fica o prédio da Caixa Cultural de Recife. O Edifício Arnaldo Dubeux, no qual funcionaram um banco e depois a Bolsa de Valores, destaca-se em meio ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico no centro histórico da capital pernambucana.

A edificação, erguida em 1912 e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1998, possui uma área total de 2.650m². Antes de receber o Conjunto, o prédio passou por uma reforma completa, com recomposição das torres frontais e intervenções que contemplaram todas as exigências do IPHAN.

O andar térreo do espaço cultural abriga três salas de exposições, museu com acervo da Caixa, livraria, além de recepção, guarda-volumes e bilheteria. No mezanino encontram-se a cafeteria, os vestiários, uma quarta sala de exposições e um teatro para 1.458 espectadores.

Já o segundo pavimento acolhe um salão para oficinas e espaço para dança. Completa o conjunto uma cobertura com belíssima vista para o mar e o centro histórico.



ACIMA – RESTAURAÇÃO COMPLETA
Maquete com a aparência do prédio depois da recuperação.

À ESQUERDA – DESTAQUE NO CENTRO HISTÓRICO
Edifício Arnaldo Dubeux, no qual funcionaram um banco e a Bolsa de Valores, passa por reforma antes de abrigar a Caixa Cultural de Recife.

Conjunto Cultural de Fortaleza

A Caixa Cultural de Fortaleza está incluída nos principais roteiros turísticos da cidade como um de seus maiores atrativos.

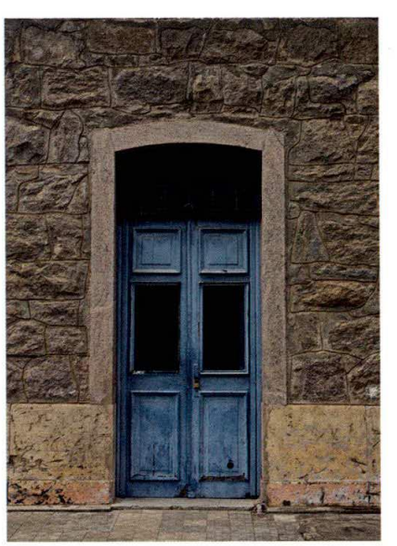
O prédio, que fica na esquina das avenidas Pessoa Anta e Almirante Tamandaré, pertenceu à antiga Alfândega, inaugurada no final do Império, em 1891, e fazia parte do conjunto portuário, peça fundamental na estrutura econômica do estado do Ceará ligando o transporte interurbano ao sistema marítimo de importações e exportações.

Adornos e elementos estruturais em ferro fundido e forjado foram utilizados na construção do prédio, com esguias colunas com fuste cilíndrico, decoradas com capitéis coríntios, escadaria monumental dupla em dois lances, balcões, corrimãos e gradis trazidos da Escócia. Mas toda essa beleza se perdeu no tempo. O conjunto de edifícios da Alfândega foi constantemente alterado ao longo da sua existência em decorrência das mais distintas solicitações, ora políticas, provenientes do novo regime – a República – ora às necessidades meramente de crescimento espacial para armazenagem. Na primeira década do século 20 foi adicionado um pavimento ao armazém central. Na década de 1940, passou também a ter dois pavimentos o armazém leste. Em 1978, o conjunto sofreu um incêndio de grandes proporções. Nos anos 1980, passou ao controle da Caixa, que deu início a um projeto destinado a recuperar o prédio histórico onde funcionou a antiga Alfândega e adaptá-lo para abrigar o Conjunto Cultural da Caixa de Fortaleza. Estão sendo feitos investimentos da ordem de R$ 11 milhões na compra de equipamentos, em construção civil e na restauração de parte do prédio, de forma a criar condições para receber todos os tipos de espetáculos e propiciar conforto aos visitantes. Este será um dos mais modernos Conjuntos Culturais da Caixa, com espaço de 3.758,74m². Contará com uma edificação principal de dois pisos e dois mezaninos, uma praça com espelho d'água e chafariz, estacionamento, *foyer*, teatro para 200 pessoas com camarins, café, livraria, salas para oficinas e duas galerias para exposições.

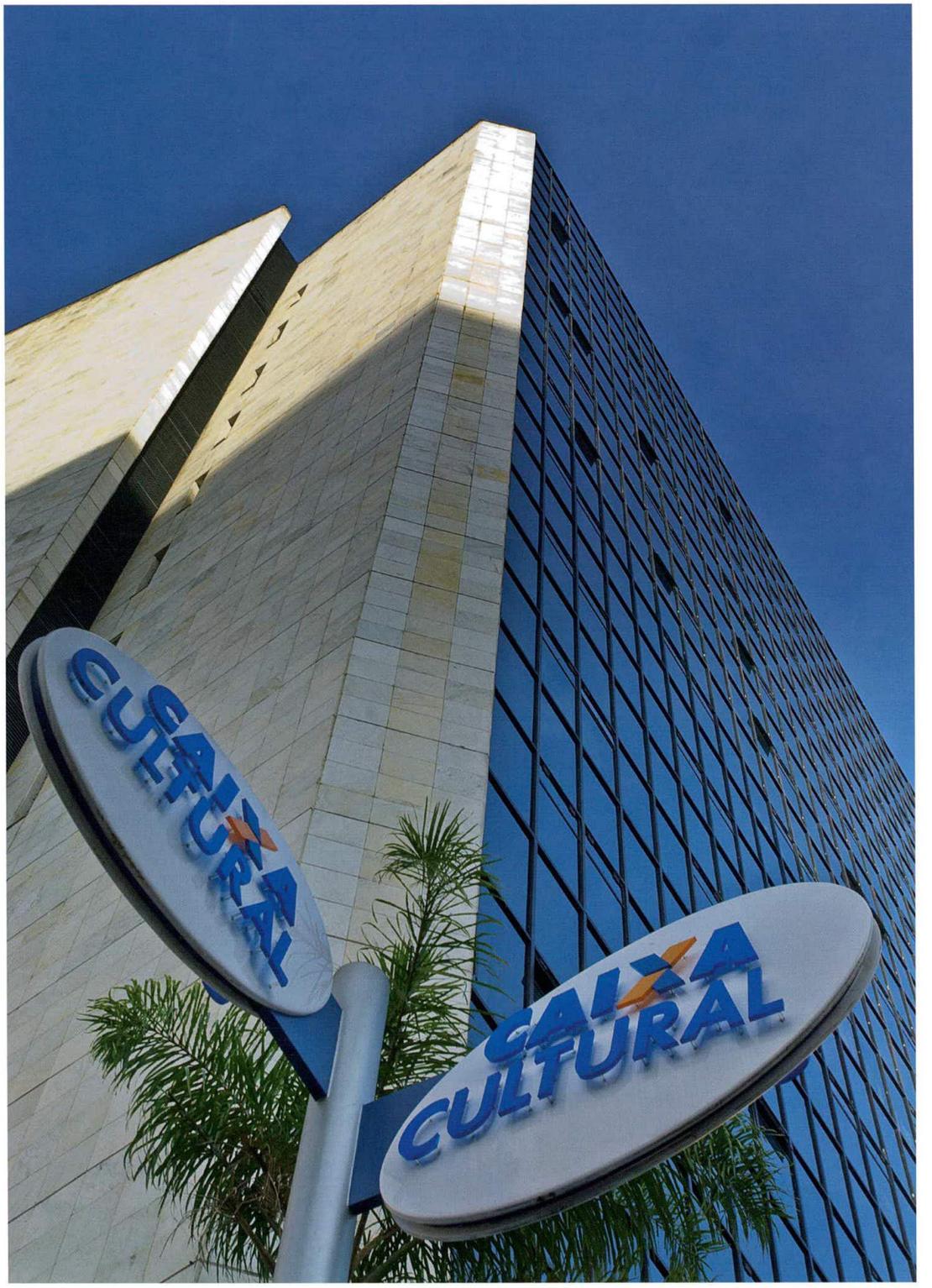
Dando novo uso a este importante prédio histórico, além de fomentar a cultura e o turismo, a Caixa contribui para tornar ainda mais atraente a praia de Iracema, com suas belezas naturais, um concorrido conjunto de bares e restaurantes e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o maior do estado.



DUPLA MISSÃO
Ao recuperar o prédio da antiga Alfândega, inaugurada em 1891, para instalar ali seu Conjunto Cultural de Fortaleza, a Caixa resgatou uma importante atração turística da cidade.



Conjunto Cultural de Curitiba



O Conjunto Cultural da Caixa em Curitiba está localizado no centro da capital paranaense, num imóvel que pertencia ao extinto BNH. Ao lado encontram-se a praça Santos Andrade, o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná e o Teatro Guaíra, compondo uma região de efervescência cultural repleta de hotéis, restaurantes, cafés, shoppings e o mais antigo parque da cidade, o Passeio Público.

No átrio central, local de descanso e convivência, encontra-se um magnífico painel em concreto do paranaense Poty Lazzarotto, um dos maiores artistas plásticos brasileiros. Inaugurada em 1978, a obra representa um operário da construção civil e seus instrumentos de trabalho.

Mas é na Sala de Memória, inaugurada em 1996, que a Caixa presta a maior homenagem à sua própria história. Painéis de seis metros por um metro e meio mostram a linha do tempo dos principais momentos da instituição desde sua criação, em 1861, até 2006.

Logo em seguida, o visitante é transportado à primeira metade do século 20 em um ambiente que reproduz um guichê bancário da década de 1930, com mobiliário original, cofre, balança, instrumentos de penhor e objetos que dão uma ideia de como se trabalhava antigamente. A fim de preservar a memória da instituição, a Caixa Cultural de Curitiba incentivou a pesquisa e reuniu documentos que contam sua trajetória em solo paranaense, com detalhes e fatos sobre a abertura de cada uma das agências.

O espaço convida a um mergulho no mundo dos economiários. Por meio de painéis temáticos, ilustrações antigas, cenários montados com livros contábeis, cadernetas de depósito,

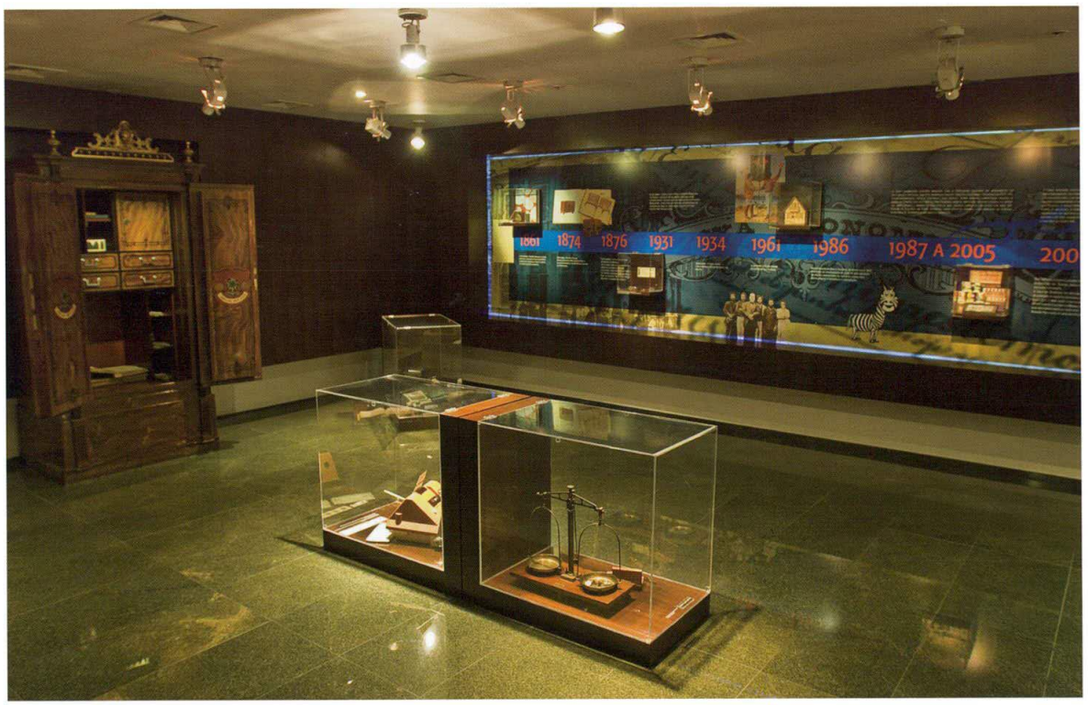
cédulas e moedas antigas, além de objetos mais recentes como uma mesa de gerente com telefone preto de disco, cadeira giratória em madeira, livros de cálculo de juros Price, carimbos e grampeadores mostram aspectos curiosos sobre as atividades bancárias de poupança e penhor.

Reconhecido por sua programação de qualidade, o Teatro da Caixa é um dos mais modernos da cidade. Considerado um espaço intimista, dispõe de 125 lugares, equipamentos e recursos cênicos adequados para espetáculos teatrais, de música, dança e projeções audiovisuais. Durante anos, o espaço foi ocupado por um grupo teatral composto originalmente de funcionários da instituição.

Entre os grandes nomes da música que já pisaram no palco do Teatro da Caixa estão Elza Soares, Arnaldo Antunes, Tom Zé e Miúcha. Ali também foram encenadas peças como *A Poltrona Escura, Gaivota, Salmo 91, Descoberta das Américas* e *O Homem Inesperado.*

Localizada no mezanino, com acesso pelas escadarias ou pelo elevador panorâmico, a galeria de arte recebe, desde a década de 1990, importantes exposições brasileiras e internacionais, com destaque para as esculturas de Victor Brecheret, as fotografias da célebre Agência Magnum e a mostra *Gravura Brasileira na coleção G. M. Kornis*, entre outras. Num trabalho primoroso e de valor inestimável para o país, a Caixa Cultural de Curitiba apoiou o levantamento minucioso da história da arte no Paraná, que pode ser encontrada no conjunto de livros editados.

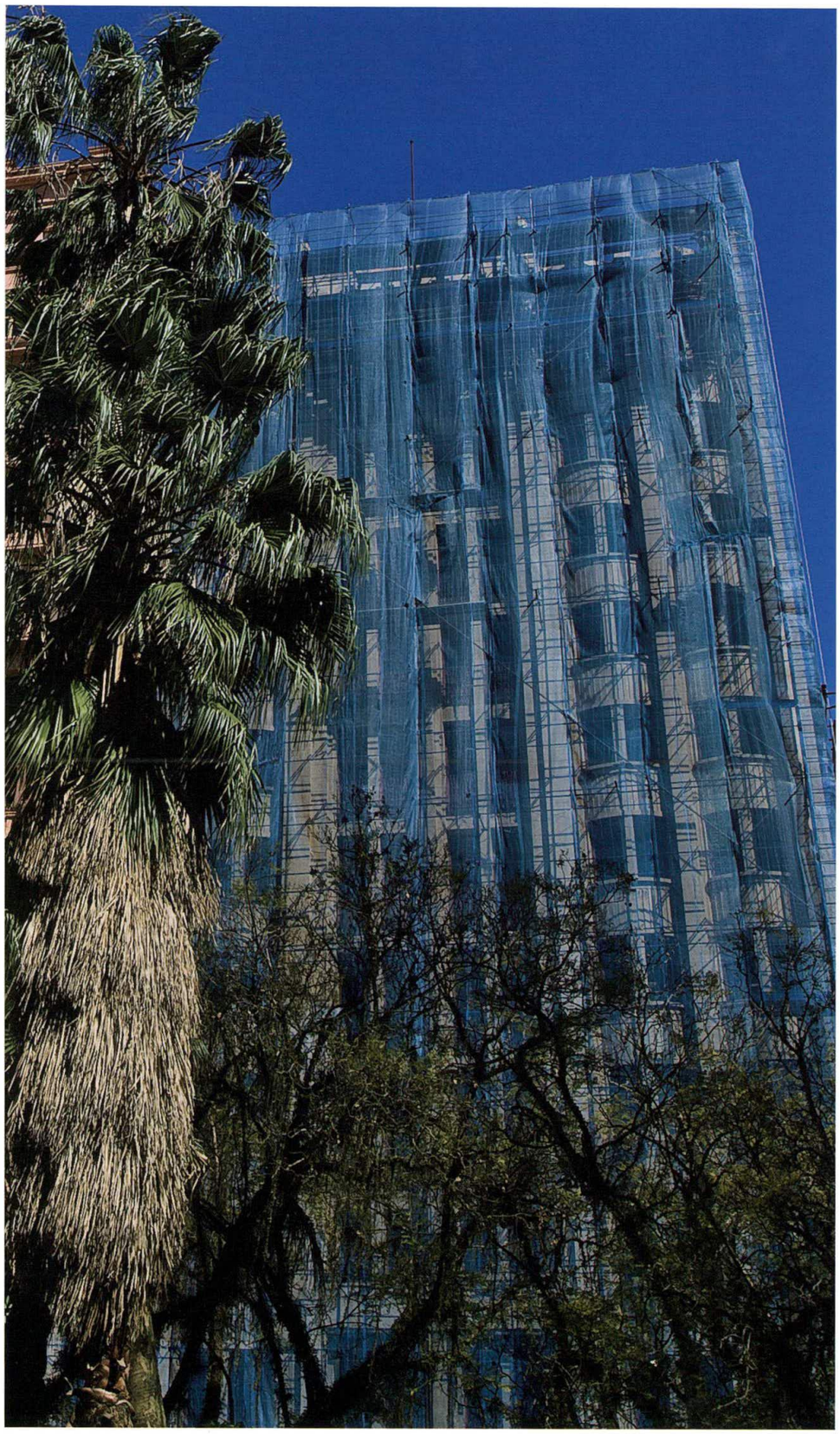
Conjugados à galeria estão o *foyer* e a ampla sacada, espaço adequado para realização de eventos.





PASSADO E FUTURO
A Sala de Memória, na qual a Caixa celebra sua própria trajetória com uma linha do tempo, e o teatro, um dos mais modernos de Curitiba.

P. 288 – NO CORAÇÃO DA CIDADE
O conjunto Cultural de Curitiba está instalado bem no centro da capital paranaense, em prédio que pertenceu ao extinto BNH.



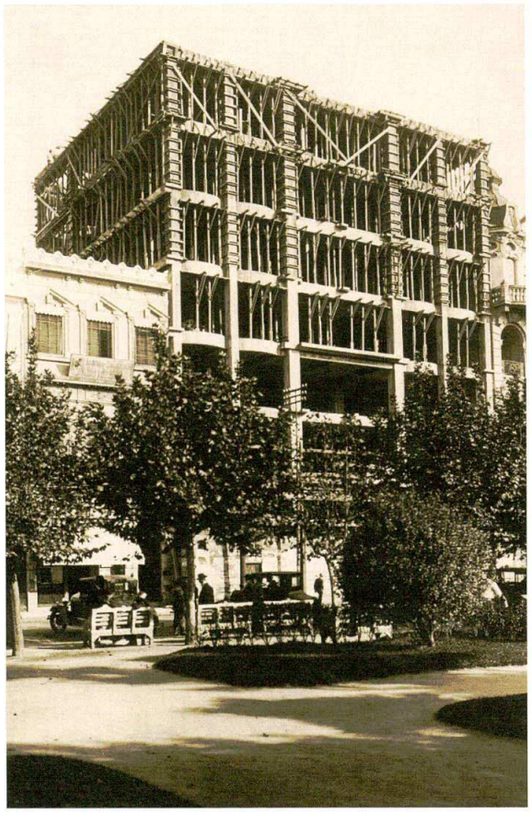
Conjunto Cultural de Porto Alegre

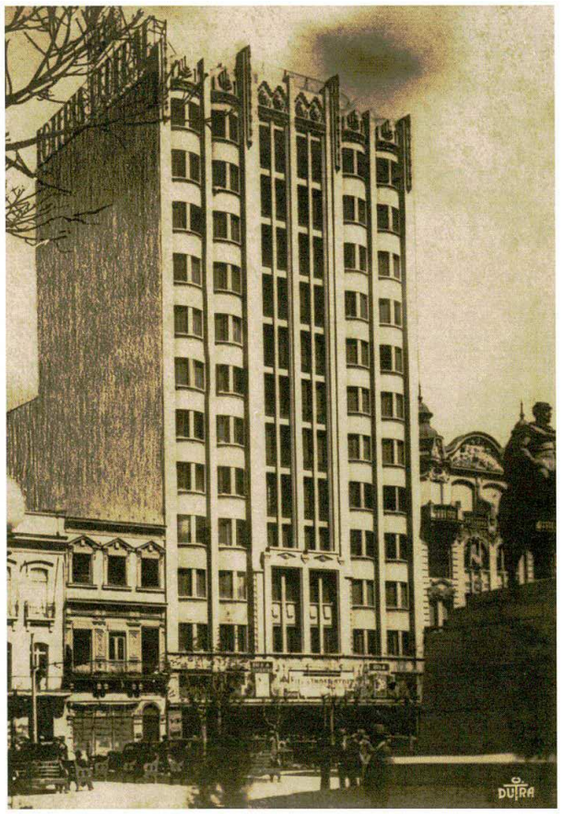
A Caixa Cultural de Porto Alegre representa não apenas a abertura de um novo espaço para a cultura, mas também a recuperação de um importante prédio histórico e tradicional ponto de encontro na capital gaúcha. O local abrigava, até o início do século 21, o Cine Theatro Imperial, inaugurado em 18 de abril de 1931 com o filme *Romance*, estrelado pela diva Greta Garbo, e dotado de mais de 1.600 lugares. Nos anos 1980 seu mezanino acolheu ainda outro cinema, o Guarany, tendo ambos fechado as portas em definitivo em 2005.

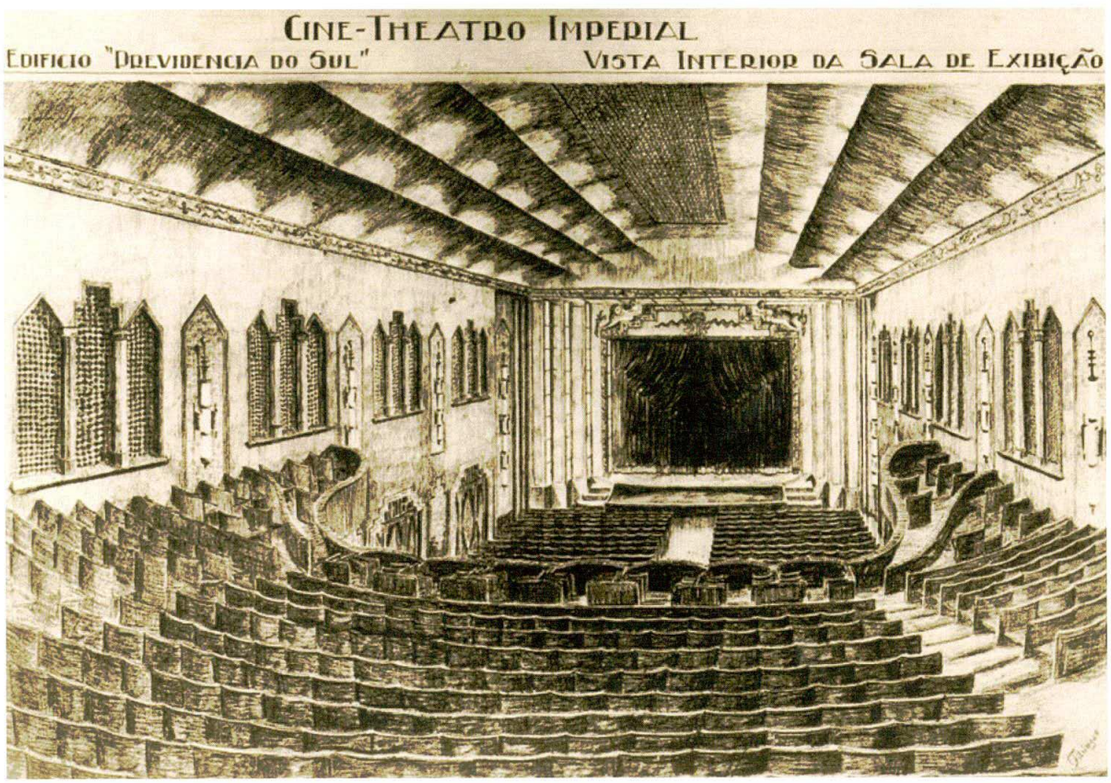
O prédio, tombado pelo patrimônio histórico municipal, está localizado no entorno da famosa Praça da Alfândega e pertence à Prefeitura de Porto Alegre. Considerado um dos exemplares mais representativos do estilo *art déco* no Brasil, foi erguido dentro de um amplo projeto destinado a "verticalizar" o centro da cidade, dotando-o de modernos espigões. Mediante convênio firmado com a Prefeitura, a Caixa poderá explorar o prédio por trinta anos como contrapartida à recuperação de seus espaços internos.

Os investimentos da Caixa na revitalização do prédio e na construção do espaço cultural alcançam o montante de R$ 13 milhões e incluem a recuperação das salas de cinema – térreo e mezanino – e de outros dois pavimentos que abrigarão sala de espetáculos, espaços multimídia, área de exposições, mostras de cinema, oficinas e seminários, museu, espaço para dança, cafeteria e livraria. O Programa Monumenta – com recursos do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento – participa do projeto de recuperação da fachada e da cobertura.





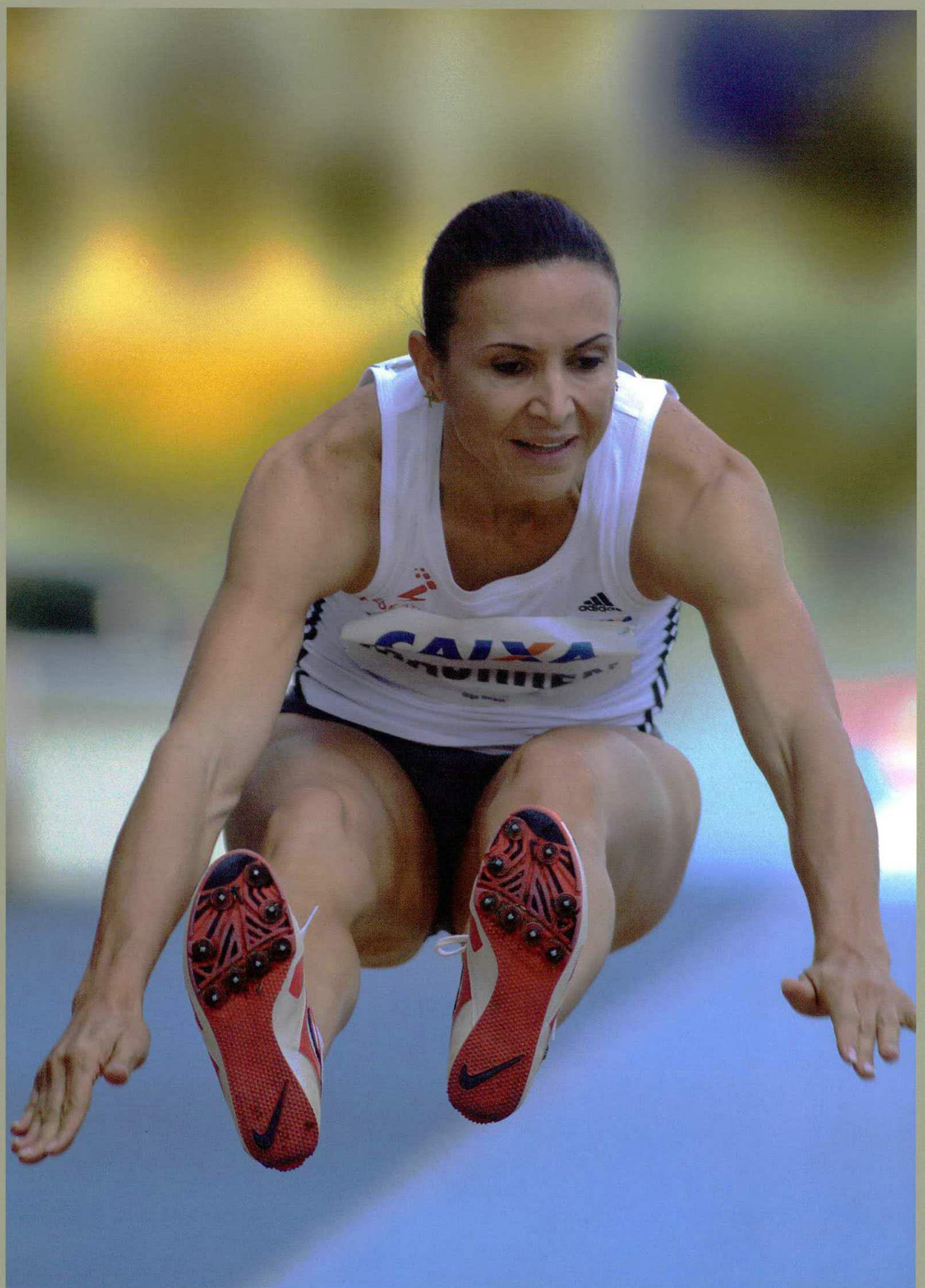




RELÍQUIA ARQUITETÔNICA

O edifício que abrigou o Imperial, considerado o cinema mais luxuoso da época, foi erguido no início do século 20 em estilo art déco com influência marajoara, tendo passado por duas reformas, em 1960 e 1987. A Caixa Cultural vai ocupar o térreo, o mezanino e outros dois pavimentos do prédio de onze andares.

Acervo Azevedo Moura e Gertum/Unitter


adidas
CAIXA

Patrocínios

Além do trabalho realizado em seus Conjuntos Culturais espalhados pelo país, a Caixa mantém uma série de programas e parcerias destinadas a promover a arte e a cultura do Brasil, além de incentivar e patrocinar várias atividades esportivas. A relação com o esporte iniciou-se há quatro décadas. O futebol, como é natural, foi o primeiro a se beneficiar, não apenas por ser o esporte predileto da nação, mas pela origem dos primeiros recursos: a partir de 1970, a Loteria Esportiva, que, afinal, usava o futebol como produto, passou a contemplá-lo com 10% da arrecadação de cada teste semanal.

Mas a verdade é que recursos nunca faltaram ao "esporte das multidões". Por isso, duas décadas depois, em 1993, ficou determinado que 4,5% da arrecadação das loterias de prognósticos seriam repassados a todos os esportes por meio do Fundo Nacional para Desenvolvimento do Desporto (Fundesp), instituído pela Lei nº 8.672, promulgada em 6 de julho daquele ano – popularmente conhecida como "Lei Zico", em homenagem ao seu criador, o ex-craque do Flamengo e da Seleção Brasileira, de passagem efêmera pela Secretaria de Desportos do governo Collor, em 1991.

Mesmo antes dessa determinação, no entanto, várias modalidades já vinham sendo beneficiadas com verbas da Caixa, entre as quais o atletismo, com o patrocínio da seleção brasileira e, em especial, do corredor Róbson Caetano, que ganhou medalha de bronze nos 200 metros rasos dos Jogos Olímpicos de Seul, disputados em 1988 (quando se iniciou a parceria com a Caixa), e repetiu o feito em Atlanta, em 1996, dessa vez no revezamento 4 x 100 metros. Clínicas para crianças e cursos de especialização faziam parte do pacote.

Entre 1989 e 1990, chegou a vez de o vôlei brasileiro receber o apoio da Caixa, que passou a dar seu apoio às seleções masculina e feminina. Na primeira metade dos anos 1990, a instituição acelerou os patrocínios e destinou recursos ao automobilismo, a Alex Dias Ribeiro e mais uma dezena de pilotos nas categorias Fórmula 3, Stock Car, Kart e Fórmula 3 inglesa.

Foi também nesta época, em 1994, que a Caixa se tornou patrocinadora oficial do basquete brasileiro, condição que perduraria até o ano 2000. Embora nunca tenha se firmado entre os melhores do planeta – a despeito dos títulos mundiais de 1959 e 1963, e da antológica vitória sobre os EUA na decisão do Pan de 1987, triunfo comandado pelo legendário Oscar Schmidt –, enquanto teve a Caixa como parceira o basquete nacional conseguiu alguns resultados expressivos, principalmente a equipe feminina, campeã mundial – pela primeira e única vez até aqui – na Austrália já no primeiro ano do patrocínio, além de obter a medalha de prata nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, e de bronze em Sidney, em 2000.

O casamento com o atletismo

Tendo se envolvido com o futebol a partir de 1970, e flertado com várias outras modalidades ao longo das décadas de 1980 e 1990, os patrocínios esportivos da Caixa ganharam nova dimensão no início do novo século. O grande passo foi dado em 2001, quando a Caixa completava 140 anos, a partir de uma diretriz da Secretaria Nacional de Esporte. A despeito de um velejador ter assumido a Secretaria em março daquele ano – e não um velejador qualquer, mas Lars Grael, duas vezes medalhista de bronze em Olimpíada, campeão mundial, bi brasileiro e penta sul-americano, entre dezenas de outros títulos –, a Caixa se tornou, no alvorecer do milênio, a patrocinadora oficial do atletismo brasileiro.

Tratava-se de um reencontro, oito anos depois de uma parceria que durara cinco. Mas era bem mais do que isso. O atletismo exibia potencial para ampliar em muito sua popularidade, conforme se pudera constatar todas as vezes que lograra obter conquistas significativas, como nos casos de Adhemar Ferreira da Silva, Nélson Prudêncio, João do Pulo ou Joaquim Cruz, só para ficar em alguns exemplos. Os brasileiros, sempre que estimulados a apoiar o atletismo, fizeram-no com entusiasmo. Mas tais momentos haviam sido raros em nossa história, sobretudo por falta de apoio, ou, simplificando, de dinheiro vindo de patrocínios. Para garantir visibilidade ao eventual patrocinador era preciso obter muitas vitórias, mas para que tais vitórias viessem eram necessários investimentos, o que criava um círculo vicioso que acabava por relegar a modalidade a um injusto segundo plano.

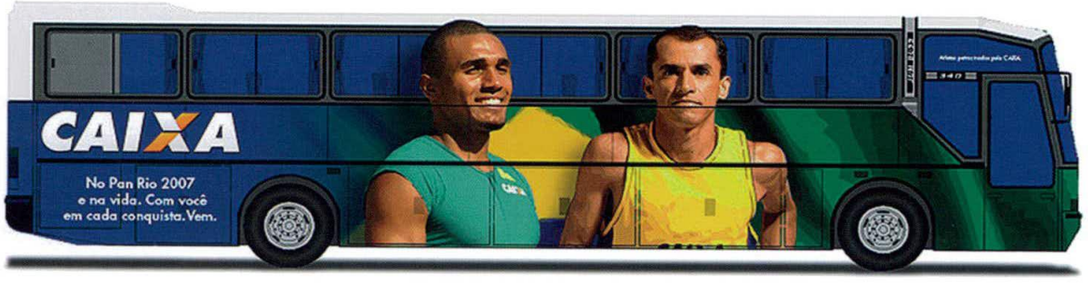
O casamento da Caixa com o atletismo não poderia ser mais adequado e auspicioso. A instituição financeira com maiores e mais longevos vínculos com os brasileiros de todas as classes e, em muitos casos, com as menos favorecidas, passava a acolher um esporte formado, em boa parte, por pessoas de origem humilde, que só conseguiram se tornar atletas profissionais à custa de muito esforço pessoal e familiar. O atletismo recebia, enfim, uma aposta genuína e poderosa em suas possibilidades.

Já no primeiro ano do convênio, que perdura até hoje, a Caixa investiu na modalidade R$ 1,5 milhão, valor que cresceu para R$ 2 milhões em 2002, para R$ 3,4 milhões no ano seguinte e em 2004, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Atenas, chegou a 5,5 milhões, sendo que desde então o aporte de recursos não parou de crescer. Com isso, em conjunto com a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), foi possível treinar novos valores, ajudar atletas de alto nível a participar das principais competições do mundo e ampliar o apreço dos brasileiros por esse esporte.

P. 292 – ESTRELA DO ATLETISMO
Atleta patrocinada pela Caixa, Maurren Maggi ganhou a medalha de ouro no salto em distância no Pan do Rio, em 2007, feito que repetiria nas Olimpíadas da China, no ano seguinte.
Gettyimages Fotoarena/LatinContent

ABAIXO E P. 295 – GRANDE RETORNO
Ônibus utilizados durante o Pan e propaganda da casa própria com as imagens de atletas apoiados pela Caixa, patrocinadora que obteve o maior número de medalhas na competição.
Acervo Caixa





O calendário do atletismo nacional é bastante amplo, uma vez que inclui as chamadas modalidades de campo e pista, de rua, *cross country*, montanha, marcha, entre outras. Há também a necessidade de se promover competições de âmbito nacional em todas as regiões do país – além dos campeonatos estaduais – e atingir no mínimo todas as faixas etárias oficiais – menor, juvenil, sub 23 e adulto. A parceria com a Caixa tem permitido à CBAt manter um calendário organizado e com provas de qualidade, como o Troféu Brasil Caixa – todos os torneios agregam o nome da instituição –, que anualmente reúne em São Paulo a elite do atletismo nacional. Já o Grande Prêmio Brasil Caixa atrai competidores de diversos países.

A parte mais visível do apoio da Caixa, no entanto, ocorre durante os eventos globais de grande tradição, como as Olimpíadas e os Jogos Pan-americanos – incluindo as Paraolimpíadas e os Jogos Parapan-americanos, como se verá nas páginas seguintes. Na Olimpíada da China, em 2008, o Brasil compareceu com sua maior delegação em todos os tempos, com 277 atletas, dos quais 132 mulheres, de 32 modalidades. Somente naquele ano, a Caixa destinou R$ 12 milhões para o atletismo – além de R$ 2,8 milhões para a ginástica e R$ 500 mil para as lutas. Sem contar os contratos de publicidade individuais com atletas do porte de Jadel Gregório (salto triplo), Sandro Vianna (200 metros), Fabiano Peçanha (800 metros), Franck Caldeira (maratona) e Sabine Heitling (3 mil metros com obstáculos). É importante observar que os atletas de alto rendimento recebem ainda bolsas a título de ajuda de custos das confederações, de acordo com seu desempenho na temporada anterior.

Bons resultados, como o ouro conquistado por Maurren Maggi no salto em distância nos Jogos de Pequim, por certo estão ligados às boas condições que os atletas brasileiros têm encontrado para treinar e competir, o que foi alcançado graças ao patrocínio da Caixa. Em 2008, por exemplo, 15 dias antes da abertura dos Jogos, a delegação brasileira do atletismo se instalou em um campo de treinamentos em Macau, para ir se adaptando ao fuso horário e entrando no clima da competição.

Trata-se de conceder atenção a detalhes que se tornam decisivos em uma briga por medalha olímpica. Por não se descuidar dos detalhes, uma década depois segue firme e forte o casamento da Caixa e o atletismo, modalidade que já conquistou 14 medalhas olímpicas, sendo 4 de ouro, e mais de 30 medalhas em campeonatos mundiais, entre ouro, prata e bronze. Atualmente, há mais de 30 mil atletas cadastrados no Brasil, dos quais 500 em condições de brigar por medalhas em disputas



RIO 2007

BANCO OFICIAL
BANCO OFICIAL
OFFICIAL BANK
CAIXA



internacionais. O apoio da Caixa tende a se ampliar cada vez mais à medida que se aproximam os Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no Rio.

Entre os programas patrocinados pela Caixa no atletismo – e que, como dissemos, agregam o nome da instituição –, destacam-se:

IAAF Challenge League e Grandes Prêmios Internacionais: com a participação de no mínimo 80 classificados entre os 50 primeiros do ranking mundial em 14 provas, e mais dois GPS nos mesmos moldes da Challenge League.

Seleções Brasileiras: participação regular em campeonatos mundiais, ibero, pan e sul-americanos e em outros eventos internacionais.

Programa Nacional de Apoio a Atletas de Alto Nível: patrocínio de medalhistas e finalistas em campeonatos mundiais (incluindo a categoria juvenil).

Programa de Apoio a Treinadores: participam todos os treinadores em atividades nos centros de treinamento de alto nível e de descoberta de talentos. Pelo menos outros dez técnicos estrangeiros – além dos que já atuam no país – se integrarão à preparação para os Jogos de 2016.

Heróis Olímpicos: grandes nomes do atletismo mundial participarão de palestras, clínicas e seminários por todo o país.

Outros programas contemplam a realização de campings nacionais e internacionais para a preparação dos atletas, apoio direto às federações estaduais a fim de disseminar a prática do atletismo, campanhas de combate ao doping no esporte e a realização de cursos técnicos e clínicas. O Programa Caixa Centros Nacionais de Treinamento de Alto Nível implantou o primeiro destes CTs em Uberlândia, em 2009, expandindo a iniciativa para as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro em 2010. Dois outros centros, esses destinados ao treinamento de jovens talentos, serão mantidos em Fortaleza (CE) e Maringá (PR). A Caixa também dará apoio a um mínimo de 20 centros de atletismo já existentes no país com o objetivo de descobrir novos talentos.

As corridas de rua, cada vez mais populares no Brasil, também têm recebido atenção especial. Os dez mais bem colocados no ranking da Caixa/CBAt serão acolhidos pela instituição no ano seguinte. São 22 as provas que contam pontos para este ranking, entre as quais a maratona e a meia maratona de São Paulo, a meia maratona do Rio e a São Silvestre, além, é claro, de todas as etapas do Circuito de Corridas da Caixa, realizadas em vários estados.

A Caixa adota a causa paraolímpica

O Brasil conquistou 161 medalhas no Pan do Rio, sendo 54 de ouro. Os atletas das modalidades patrocinadas pela Caixa – atletismo, ginástica e lutas – ficaram com 42 dessas medalhas, das quais 16 de ouro, tornando a instituição o patrocinador com maior número de medalhas. A presença da Caixa no Pan não se limitou a isso. Mais de mil economiários e clientes assistiram a disputas, shows e palestras, e passearam pela Cidade Maravilhosa a convite da Caixa. Além de cinco postos estratégicos espalhados pelo Rio, a Caixa montou uma agência na Vila Pan-americana para atender as delegações, ao custo de R$ 189 milhões. O volume dos investimentos da Caixa no Pan, tanto em termos de patrocínios quanto de promoções e estrutura, é realmente digno de registro. Contudo, mais notável ainda talvez seja o apoio que a instituição deu ao Parapan e vem dando ao paradesporto nos últimos anos.

A Caixa patrocina o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) desde 2004, utilizando recursos das loterias. Já naquela temporada, o bom resultado obtido pelo país nas Paraolimpíadas de Atenas, o melhor na história da competição, ficando em 14º lugar com 33 medalhas, 14 delas de ouro, 12 de prata e sete de bronze, além da ótima repercussão em termos de imagem para a Caixa, levaram à celebração de um acordo permanente, renovado de tempos em tempos, sendo que o atual vai até 2012, quando serão realizados os Jogos Paraolímpicos de Londres.

O crescente apoio a este segmento levou a Caixa a se tornar o patrocinador único dos Jogos Parapan-americanos de 2007, no Rio. Somente neste contrato foram desembolsados R$ 3 milhões. Outros R$ 4 milhões foram utilizados na divulgação dos Jogos, mais R$ 7 milhões na renovação de contrato com o CBP, além de outros R$ 7,5 milhões provenientes de repasses previstos na Lei Agnelo Piva – sancionada em 2001, prevê o repasse de 2% da arrecadação bruta das loterias para os comitês olímpicos, sendo 85% para o COB e 15% para o CPB. O total de recursos aplicados pela Caixa no paradesporto naquele ano atingiu, portanto, R$ 21,5 milhões.

Se o resultado dos atletas paraolímpicos brasileiros em 2004, primeiro ano de patrocínio da Caixa, já impressionara, em 2007 foram superadas todas as expectativas: o Brasil ficou num inédito terceiro lugar, atrás apenas de Estados Unidos e Cuba, com 161 medalhas, sendo 54 de ouro, 40 de prata e 67 de bronze. O sucesso ampliou os esforços. Em 2009, o programa da Caixa para atletas paraolímpicos de alto nível teve 21 integrantes, enquanto o Circuito Loterias Caixa Brasil Paraolímpico, além de atletismo e natação, passou a promover disputas de halterofilismo, e um *meeting* internacional organizado pela Caixa trouxe ao Brasil atletas de 14 países. Mais do que uma competição, o paradesporto apoiado pela Caixa é uma excelente ferramenta de superação, inclusão social e desenvolvimento físico, mental e educacional.



AO LADO E P. 296 – ESPORTE E INCLUSÃO
A Caixa apoia o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) desde 2004 e foi a patrocinadora exclusiva do Parapan 2007.
Foto p. 296: Dudu Contursi

Caixa abraça a ginástica e vai à luta

Se em seu 140º aniversário, em 2001, a Caixa celebrara uma histórica e ampla parceria com o atletismo, o 145º, em 2006, foi comemorado com a extensão dos patrocínios da Caixa à ginástica, uma modalidade que sempre encantou os brasileiros pela beleza de seus movimentos, a destreza dos atletas e os desafios que impõe. Com mais recursos para treinar e competir, e presença em todas as disputas importantes, nossos ginastas passaram a ter um apoio decisivo na luta por medalhas e pelo coração dos torcedores.

O primeiro reflexo do acordo foi permitir à Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) realizar de modo adequado todas as competições previstas no calendário nacional e, se possível, ampliá-lo, bem como proporcionar às seleções masculina e feminina a participação em todas as principais competições internacionais.

Embora a Confederação sempre tivesse feito o máximo possível neste sentido, e muitas vezes com bons resultados, a escassez de dinheiro a impedia de fazer mais e de levar adiante projetos considerados fundamentais para a evolução da modalidade no país. Mesmo o básico precisava de reforço, o que vem sendo feito desde então de modo expressivo. O próprio calendário da CBG foi ampliado com a criação do Circuito Caixa de Ginástica Artística e Ginástica Rítmica. O circuito, disputado anualmente em três etapas, além de manter em permanente atividade os grandes nomes desse esporte, ajuda na busca por jovens talentos.

A Caixa, por meio do Programa de Apoio a Atletas de Alto Rendimento, concede uma ajuda de custo mensal a todos os integrantes da seleção brasileira permanente de cada modalidade, sendo que os valores variam de acordo com os índices técnicos. Daniele e Diego Hypolito, Khiuani Dias, Mosiah Rodrigues, Larissa Barata e Sérgio Sasaki são alguns dos 40 ginastas de primeira linha patrocinados pela Caixa.

Além de acolher quem já atingiu elevado nível de desempenho, a instituição preocupa-se com a descoberta e o desenvolvimento de novos talentos. Os Centros de Excelência Caixa de Ginástica foram criados com o objetivo de massificar a modalidade em todo o Brasil, seguindo o modelo de programas similares existentes em vários países da Europa. São 23 Centros espalhados por 13 estados e o Distrito Federal, os quais recebem crianças e jovens cujos pais não têm condições financeiras para bancar a prática esportiva dos filhos.

Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe contam com Centros de Excelência Caixa, nos quais se desenvolve o Programa Caixa – Jovem Promessa,

A FORÇA DA IMAGEM
Ginastas como Daiane dos Santos foram as estrelas de anúncios da Caixa produzidos por ocasião do Jogos Pan-americanos de 2007, realizados no Rio.
Acervo Caixa



que beneficiará 3.450 crianças com idade entre cinco e nove anos sem acesso a clubes ou academias particulares. Promover a inclusão social e treinar futuros cidadãos faz parte dos objetivos do projeto.

O programa fornece orientação de monitores e uniformes, e coloca à disposição dos potenciais ginastas instalação e equipamentos de qualidade. Os mais destacados poderão ser convidados a participar de competições em nível estadual. O Jovem Promessa pretende, acima de tudo, revelar e preparar novos ginastas em condições de integrar as seleções brasileiras na disputa das Olimpíadas de 2016, que serão realizadas no Rio.

Os Jogos Olímpicos – e Paraolímpicos – sediados pelo Brasil terão uma participação bastante expressiva de competidores "da Caixa", que, além do atletismo, da ginástica e do paradesporto, patrocina também as seleções de luta greco-romana e de luta-livre masculina e feminina, modalidades olímpicas da Confederação Brasileira de Lutas Associadas (CBLA). Neste caso, os resultados apareceram de imediato: no Pan do Rio, em 2007, a luta olímpica conquistou três medalhas, uma de prata e duas de bronze. Para se ter uma ideia do significado do feito, antes disso a modalidade só obtivera outras três medalhas em toda sua história no Pan, desde 1951. O bom desempenho repetiu-se em 2009, quando a equipe brasileira fez bonito no Campeonato Pan-americano de Lutas, com quatro medalhas de bronze, três das quais no feminino.

Mas, a exemplo do que realiza em outras modalidades sob seu patrocínio, a ação da Caixa em favor das lutas não se limita a financiar eventos e participação em competições ou conceder ajuda de custo aos atletas, apesar de tais medidas serem fundamentais para o desenvolvimento do esporte brasileiro. A CBLA, com o apoio da Caixa, criou o Núcleo de Luta de Rio Janeiro, que oferece aulas gratuitas para pessoas de baixa renda. O Núcleo promove a inclusão social e abre as portas para novos talentos.

Os recursos da Caixa fomentam o surgimento de lutadores promissores não apenas graças a iniciativas como o Núcleo, mas principalmente por oferecer à CBLA as condições necessárias para que ofereça estrutura de treinamentos, realize todas as disputas previstas em seu calendários de eventos e envie nossas seleções às grandes competições internacionais. A Caixa concede patrocínio a 32 atletas das "lutas associadas", entre os quais figura Laís Nunes, que, aos 18 anos, e tendo sido campeão pan-americano na categoria cadete, em 2009, é uma das maiores promessas de medalha para o Brasil nessa modalidade.





BONS PRODUTOS
Daiane dos Santos (no alto) *e Ana Paula Ribeiro* (acima), *atletas cuja imagem vencedora ajuda a divulgar e promover os serviços da Caixa.*
Acervo Caixa

Pé no acelerador



A Caixa ingressou na Stock Car, a maior categoria do automobilismo brasileiro, em 2005, quando bancou a participação do piloto Christian Fittipaldi. A partir de 2008, tornou-se uma das patrocinadoras oficiais do evento, mas foi em 2010 que a parceria com a velocidade se consolidou. A instituição converteu-se em patrocinadora principal e a competição passou a se chamar Caixa Stock Car. Ao mesmo tempo, renovou sua cota nas transmissões da Globo. A maior rede de TV do país vem ajudando a impulsionar a categoria desde que passou a transmitir todas as 12 etapas da modalidade que tem, entre seus pilotos, dois filhos do apresentador Galvão Bueno, Popó e o multicampeão Cacá Bueno.

O contrato com a Vicar, organizadora da Stock Car, vai até 2012, e a Caixa, além de obter uma enorme exposição da marca associada a um evento que se caracteriza pela velocidade, modernidade e tecnologia de ponta, pretende aproveitar a parceria para promover ações de marketing – como ingressos para camarote VIP, por exemplo – junto aos clientes especiais, que respondem por 20% de sua base de 40 milhões de cartões.

A prova inaugural do primeiro Campeonato Brasileiro de Stock Car foi disputada em 22 de abril de 1979 no autódromo de Tarumã, no Rio Grande do Sul. De lá para cá, foram 32 edições, incluindo a de 2010, disputada por 35 pilotos. A Caixa associou seu nome de forma mais efetiva à Stock Car justamente no momento em que a categoria busca a sustentabilidade ambiental. Várias ações foram adotadas, relativas aos circuitos e em especial aos carros, a começar por um novo motor mais leve e potente, o que reduziu as emissões de gás carbônico, entre outras medidas que serão implantadas ao longo das próximas temporadas.



ACIMA E P. 300 – APOIO NAS PISTAS
E NAS ARQUIBANCADAS

A Caixa consolidou sua parceira com a maior categoria do automobilismo brasileiro em 2010, ao se tornar sua principal patrocinadora

Fotos Dudu Contursi

Arte e cultura na Caixa

A Caixa patrocina diversas formas de manifestação artística e cultural, tais como artes plásticas, fotografia, dança, música, teatro, artesanato e revitalização de patrimônio, num processo que se tornou sistemático a partir de 1998. Até então, não havia uma política definida nesse sentido, mas apenas apoios esporádicos. A virada começou com o patrocínio ao Balé Jangurussu, integrado por 35 crianças catadoras de lixo em um aterro sanitário de Fortaleza (CE). O espetáculo, montado pela Escola de Dança e Integração Social para Crianças e Adolescentes (EDISCA), uma ONG criada no início da década de 1990 pela coreógrafa e bailarina Dora Andrade, foi um sucesso, tendo sido convidado a se apresentar até na França, e o retorno de mídia espontânea equivaleu a mais de 800% do valor investido – a Caixa viria a se tornar a principal parceira de iniciativa similar em Recife (PE), a Orquestra Criança Cidadã, que atende 130 jovens de 3 e 17 anos da comunidade do Coque, uma das regiões mais violentas da capital pernambucana.

O êxito das primeiras parcerias estimulou a Caixa a sistematizar seus patrocínios culturais, a começar pelo lançamento de editais e a formatação da Gestão Cultural de Patrocínios. De 2002 a 2005 foram aplicados recursos da ordem de R$ 12 milhões ao ano, valor que no final da década ultrapassou os R$ 50 milhões. A ocupação dos espaços da Caixa Cultural, bem como a definição dos patrocínios, se dá por meio de seleção a partir de editais públicos e inclui três etapas. A primeira é a da habilitação (avaliação dos documentos e qualificação). Na segunda ocorre uma pré-seleção na qual funcionários da Caixa avaliam a viabilidade dos projetos. Na terceira é feita a seleção final, quando outra comissão, integrada por grandes nomes da cultura nacional, julga os pré-selecionados e os classifica por ordem de prioridade e de acordo com o montante do investimento necessário. São levados em conta fatores como a relevância do projeto e seu impacto cultural e social.

Somente em 2010, R$ 25 milhões foram aplicados em 277 projetos, enquanto no ano anterior R$ 22,8 milhões haviam financiado 226 projetos. O valor total dos patrocínios segue crescendo. Em 2011, a Caixa destinou R$ 33 milhões para investimentos em teatro, dança, artesanato, ocupação dos espaços da Caixa Cultural e apoio ao patrimônio. Desde meados desta década, a Caixa já investiu mais de R$ 180 milhões no patrocínio de projetos culturais.

O apoio da Caixa neste segmento vai muito além do que é realizado em seus próprios espaços, estendendo-se a instituições de cunho cultural, abertas ao público e sem fins lucrativos. A Caixa fornece a estas entidades recursos destinados a atividades como implantação e modernização de laboratórios de restauração, recuperação e ampliação de acervos, compra de coleções, realização de pesquisas e informatização. No biênio 2009/2010, um montante de R$ 4 milhões beneficiou 31 dessas entidades.

Outro programa contempla museus e instituições congêneres, bem como patrocina iniciativas que visam à criação de novos espaços, dando ênfase àquelas focadas na diversidade étnica, cultural e social. Desde o lançamento do programa, 13 entidades já receberam um total de R$ 11 milhões. No biênio 2009/2010, foram 8 projetos e R$ 864 mil. A Caixa contribuiu para a revitalização dos acervos e prédios do Museu Nacional de Belas Artes, da Biblioteca Nacional, do Museu da Inconfidência, do Museu Histórico Nacional, do Arquivo Nacional e da Pinacoteca de São Paulo, entre outros.

Na área da produção cultural, a Caixa tem apostado no teatro e na dança por meio de patrocínios a festivais realizados em várias regiões do país. Ao longo de 2010, recursos no total de R$ 3,5 milhões beneficiaram 56 projetos de festivais de teatro e de dança. No ano anterior, R$ 3,4 milhões haviam sido aplicados em 48 projetos, sendo 28 deles de teatro e 20 de dança.

Embora a Caixa tenha como prioridade promover a diversidade, na hora de escolher os programas que irá apoiar a instituição precisa levar em contra fatores bem objetivos como a viabilidade técnica do projeto, a experiência e a idoneidade dos proponentes e a adequação econômica da proposta. Também é necessário verificar se o projeto atingirá um número significativo de pessoas e se ele contribuirá para o enriquecimento cultural das comunidades envolvidas, além de certificar-se de sua responsabilidade social.

A fim de atingir o maior número possível de pessoas, a Caixa patrocina projetos de comunidades artesãs por um período máximo de um ano, com foco na sustentabilidade e na valorização do artesanato tradicional. O patrocínio abrange da capacitação dos artesãos à venda do produto. São considerados aspectos como manejo sustentável das matérias-primas, sustentabilidade econômica do projeto, comércio justo e impacto social na comunidade. O programa de apoio ao artesanato da Caixa foi posto em prática em 2009, quando 16 projetos espalhados por vários estados brasileiros receberam um total de R$ 550 mil. Em 2010, investimentos de R$ 505 mil contemplaram 22 projetos, selecionados entre 422 inscritos.

Somando-se todas as iniciativas, a Caixa investiu em patrocínios culturais, em 2009, mais de R$ 52 milhões. Além dos programas permanentes,



são feitos investimentos pontuais em festivais de música e feiras de livro, entre outros. Trabalhos que ajudem a divulgar nossa diversidade cultural são sempre bem-vindos na Caixa. Em 2006, por exemplo, a instituição apoiou o projeto Além dos Limites, da Funarte (Fundação Nacional de Artes), o primeiro dirigido a artistas com deficiência de diversas áreas, tais como teatro, música, dança e artes visuais, reunidos depois em um festival. Já um livro lançado em 2008 publicou depoimentos das rendeiras sobre suas vidas, seu ofício e sua comunidade. Esse é apenas um entre dezenas de livros que visam a divulgar a cultura e a preservar a memória nacional patrocinados pela Caixa nos últimos anos.

REGISTROS PARA A HISTÓRIA
A Caixa já patrocinou dezenas de obras que divulgam e promovem a literatura brasileira e ajudam a preservar a memória cultural do país.
Foto Dudu Contursi



Economiários

São múltiplos os vínculos que unem a história da Caixa Econômica à história do Brasil – como este livro procurou demonstrar nas páginas precedentes. Raros aspectos, porém, permitem traçar um paralelo tão revelador entre a instituição e o país quanto à história dos economiários, como se chamam os funcionários que, ao longo dos últimos 150 anos, ajudaram a construir a Caixa. Os avanços e retrocessos, as lutas salariais e questões trabalhistas, os privilégios e desvantagens, as conquistas e perseguições, enfim, todas as complexidades que marcam o exercício de um cargo público constituem uma trama de intensa movimentação que desnuda aos olhos do observador não apenas a trajetória de uma classe, mas ajuda a compreender os caminhos percorridos pelo funcionalismo brasileiro.

Desde março de 1549, quando o governador-geral Tomé de Sousa desembarcou na Bahia em companhia de dezenas de vedores, fiscais e meirinhos, tornou-se virtualmente impossível compreender a história do Brasil sem investigar o papel desempenhado pelos funcionários públicos. Todas as grandezas e mazelas, muito do progresso e um tanto do atraso do país podem ser vislumbrados quando se reconstitui o modo como os burocratas do segundo escalão foram capazes de definir os caminhos socioeconômicos trilhados pela nação. Mais que isso, foram esses trabalhadores que estreitaram os laços que vinculam a história do Brasil à história de Portugal.

A burocracia estatal ibérica transferiu-se para o Novo Mundo em toda a sua natureza tentacular. Esse processo não se deu apenas com o estabelecimento do Governo-Geral em 1549: teve continuidade no instante em que a família real, com D. João VI à frente, empreendeu a transmigração para o Rio de Janeiro em 1808. E é preciso ter em mente que o fundador da Caixa Econômica, D. Pedro II, não só era neto de D. João VI como governou o Brasil durante quase 50 anos seguindo a cartilha lusitana.

Tema tão rico vem sendo estudado por todos que analisam a história do Brasil. E, é claro, tem gerado as opiniões mais díspares. "O funcionalismo público é uma chaga que devora as rendas públicas", disse o visconde do Uruguai em 1862. "O funcionalismo é um cancro que devora e aniquila as forças do país", ecoou Castro Carreira em 1889. "Uma casta inútil de funcionários e doutores que suga os cofres da nação", continuou Tobias Monteiro em 1916. O erário e a administração pública são um animal multidinâmico "de cujos peitos se dependuram, aos milhares, crias vorazes (...) para cuja gana insaciável não há desmame", esbravejou Rui Barbosa em 1920.

Em chave oposta, mas não menos enfática, Joaquim Nabuco considerava os funcionários públicos "servos da gleba do governo, mal pagos



COISAS DA VELHA CAIXA
Reconstituição de uma agência do final do século 19.
Conjunto Cultural da Casa de Oração, Salvador

P. 304 – CONTADORIA-GERAL, RIO DE JANEIRO
Vista da sala onde, em maio de 1922, na agência central, na rua D. Manoel, 25, trabalhavam os escriturários da Caixa Econômica. Na fila do centro, estão dois futuros presidentes da instituição: na mesa da frente, Ariovisto de Almeida Rego (filho homônimo do então chefe da seção) e, na terceira mesa, Jeronymo Pinheiro de Castilho, primeiro datilógrafo da Caixa.
Acervo da Caixa, Rio de Janeiro

P. 307 – NA SALA DA PRESIDÊNCIA
Principal sala da antiga agência da Sé, em São Paulo.
Museu da Caixa, São Paulo

e submissos ao poder". Eram trabalhadores como os outros que, de repente, se viam de pijamas, com a barba por fazer, sem função e sem amparo, vivendo de parcas aposentadorias, conforme a interpretação de Antonio Candido.

Para além da controvérsia, as páginas que se seguem pretendem demonstrar o quanto os funcionários da Caixa Econômica já foram preteridos e prejudicados dentro de uma ordem centralizadora e eventualmente iníqua. Mas, mais do que fazer o elogio de uma luta classista – que, ao fim e ao cabo, pode ser lida como um esforço em prol de interesses particulares eventualmente em oposição ao bem comum –, este capítulo quer revelar que, todas as vezes em que os economiários se ergueram em defesa de seus direitos, eles no fundo estavam também defendendo a própria instituição.

Nesse sentido, sua luta contra medidas torpes, como também seu clamor para expulsar "corpos estranhos", acabaram se revelando uma luta a favor do Brasil. E se, em muitos casos, não se pode dizer que os brasileiros tenham sido eficientes na hora de preservar a integridade e manter vivo o projeto social que a Caixa Econômica nasceu para desempenhar, raras são as ocasiões em que se podem acusar os economiários de terem compartilhado dessa perversa omissão.

Viscondes, barões, comendadores, "rentistas" e "grossistas", todos integrantes da nobreza luso-brasileira, foram os primeiros presidentes e membros do Conselho Fiscal da Caixa da Corte. Após a Revolução de 1930, a tendência se modificou, e a instituição (como o restante do aparelho burocrático da nação) passou a ser comandada por "grupos técnicos da nova classe média", como bem observou o historiador Boris Fausto. Até 1934, os dirigentes da Caixa exerciam seus cargos graciosamente – embora o posto evidentemente lhes auferisse influência e poder. A mudança dos protagonistas e o pagamento de salários não modificaram o essencial: ocupar cargo de chefia na Caixa continuou sendo garantia de prestígio.

Mas quem, além dos clientes (e sua demonstração de confiança), terá realmente construído a Caixa? Qualquer resposta sólida aponta em uma só direção: as Caixas Econômicas foram erguidas pelo esforço daqueles que dedicaram suas vidas a trabalhar nelas. E, pelo menos nos primeiros dias, não foi nada fácil – nem mesmo muito rentável – ser funcionário do "banco dos pobres".

A trajetória dos economiários inicia-se em 1861, com a fundação da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, pois, embora a presidência fosse ocupada por um "voluntário", cuja recompensa era "a gratidão do imperador", os cargos e salários dos funcionários foram estabelecidos já pelo decreto original. Ao todo, eram 11 os empregados originais da Caixa: um gerente (com rendimentos de cinco contos de réis anuais), um tesoureiro (quatro contos e 400 mil-réis), um chefe de escrituração (quatro contos), um perito (quatro contos), um ajudante (um conto e 800 mil-réis), dois fiéis (um conto e 800 mil-réis e um conto e 600 mil-réis), um primeiro escriturário (um conto e 600 mil-réis), um segundo escriturário (um conto e 200 mil-réis), um porteiro (um conto e 600 mil-réis) e um contínuo (um conto e 200 mil-réis). Tais salários eram baixos: o contínuo, por exemplo, percebia cem mil-réis mensais, quando um bom almoço não saía por menos de dois mil-réis.

A ata de criação da Caixa de São Paulo, lavrada em 25 de janeiro de 1875, também anunciava o quadro de servidores, todos já devidamente nomeados. Embora houvesse um cargo de escriturário, que seria preenchido posteriormente, "quando as necessidades do

serviço" assim o reclamassem, a Caixa paulista abriu suas portas com apenas cinco funcionários: o gerente, o guarda-livros, o tesoureiro, o perito e o porteiro e contínuo Carlos Augusto de Andrade, pai do escritor Mário de Andrade.

No Rio Grande do Sul, a Caixa Econômica começou suas operações dispondo de seis funcionários. O gerente, Afonso Coelho Borges, ganhava três contos e 600 mil-réis anuais, e o porteiro e contínuo João José Amaral recebia 800 mil-réis por ano.

Dois anos depois da criação das Caixas provinciais, o Decreto nº 9.738, de 2 abril de 1877, atualizou o regulamento da instituição. O capítulo IV, referente aos empregados, definia diferentes quadros de pessoal para a Corte e para as províncias. Além do número de servidores, os salários também variavam: quem trabalhava no Rio recebia praticamente o dobro de quem desempenhava a mesma função nas províncias.

O salário mais alto, o do gerente, era de seis contos e 600 mil-réis na Corte e de três contos e 600 mil-réis nas províncias. O mais baixo, de porteiro, foi estipulado em 2,4 mil-réis no primeiro caso e 1,4 mil-réis no segundo.

A terça parte dos vencimentos era gratificação pelo "efetivo exercício do emprego". O regulamento incluía a "tabela de gratificações dos empregados na seção especial das Caixas Econômicas, criada nas Tesourarias da Fazenda, tendo por base a importância líquida dos depósitos verificados". As maiores gratificações eram concedidas no Rio Grande do Sul.

Para trabalhar na Caixa era necessário apresentar certidão de maioridade (18 anos) e atestado de "pessoa de reconhecido conceito", abonando o comportamento do candidato. O candidato também deveria exibir provas de possuir boa letra, redigir corretamente o português e ter conhecimentos de escrituração mercantil e de aritmética.





AGÊNCIA CENTRAL DE SALVADOR
Sala da Contadoria-Geral, início do século 20.
Conjunto Cultural da Casa de Oração, Salvador

P. 309, ACIMA – ENCONTRO MEMORÁVEL
Reunião da diretoria da Caixa paulista em novembro de 1930. Ao fundo, painel com as fotos de todos os empregados da instituição em 1925, do contínuo ao presidente.
Acervo da Caixa, Rio de Janeiro

P. 309, ABAIXO – CONTADORES E ESTAFETAS
Vista de uma das salas da agência da rua D. Manoel, centro do Rio, no início da década de 1920.
Acervo da Caixa, Rio de Janeiro

Uma vez contratado, o funcionário assinava entrada e saída diariamente num livro de ponto e estava sujeito a perder a totalidade dos vencimentos se saísse antes do final do expediente sem a permissão do chefe ou se faltasse ao trabalho sem causa justificada. A perda se restringiria à "porcentagem ou gratificação" se a falta tivesse motivo justificado, o que ocorria em apenas três situações: moléstia, nojo (morte de parente próximo) ou gala (o próprio casamento).

O advento da República nada mudou na vida dos funcionários da Caixa. Tão instável era sua situação – eles sequer eram considerados servidores públicos – que nem mesmo a aposentadoria fora regulamentada. Foi preciso o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, assinar, em 4 de novembro de 1890, o Decreto nº 961 para que a Caixa pudesse "dispensar de comparecer à repartição os empregados que aí contarem 30 ou mais anos de bons serviços, bem como aqueles que se invalidarem".

O Regulamento de 1915, instituído pelo Decreto nº 11.820, conferiu um verniz republicano à Caixa, mas também não beneficiou seus servidores. Apenas concedeu a seguinte gratificação: "Aos empregados que tiverem mais de cinco anos de efetivo serviço, abonar-se-á uma gratificação adicional correspondente aos seus vencimentos, na razão de: 5% para os que tiverem mais de cinco anos até dez; 7% para os que tiverem mais de dez anos até 15; 10% para os que tiverem mais de 15 anos até 20; 15% para os que tiverem mais de 20 anos de serviço". O decreto disciplinou também o direito a férias: "Os funcionários das Caixas Econômicas terão anualmente 15 dias de férias, que gozarão seguida ou interpoladamente, sem prejuízo do serviço, a juízo dos gerentes. As férias poderão ser acumuladas e gozadas de dois em dois anos durante 30 dias".

O Decreto nº 990, de janeiro de 1920, determinou a "Gratificação da Fome", que bem revela a situação aflitiva dos servidores da Caixa. O benefício foi aprovado "tendo em vista os peticionários estarem sofrendo as consequências da insuportável carestia da vida, que os inibe de suprir-se do necessário para sua manutenção e de suas famílias".

Outro episódio elucidativo ocorreu na década de 1920, quando começaram a surgir as canetas-tinteiro. As mesas das repartições exibiam as conceituadas penas Malat 12 e tinteiros com tinta azul. Como as penas eram indispensáveis para o desempenho das funções, mas seu preço era inacessível aos empregados, foi criado um auxílio semestral de dez mil-réis, depois aumentado para 15 mil-réis. O benefício ficou conhecido como "Gratificação das Penas" e equivalia ao salário mensal de um funcionário de nível médio.

O Regulamento de 1934 modernizou as Caixas de todo o Brasil. Mas não melhorou a vida de seus funcionários; tanto que, embora deles fosse exigido o cumprimento dos "deveres gerais de trabalho, cooperação, exatidão e fidelidade", a categoria viu-se contemplada com um artigo nada estimulante. Ficou estabelecido que seriam os próprios funcionários que pagariam a conta caso os negócios não andassem bem. Se a Caixa tivesse déficit, estava autorizada a compensá-lo reduzindo os salários de todos os empregados. Se o balanço negativo persistisse, poderia demitir quantos economiários fossem necessários. A antiguidade no cargo seria levada em conta, "sem prejuízo, todavia, do critério do merecimento". Como "merecimento" é conceito aleatório, tal adendo deixava os diretores livres para escolher quem "merecia", ou não, sobreviver na instituição.

Salvo casos de dificuldades da instituição, os funcionários gozavam de uma forma primitiva e incompleta de estabilidade, mantendo o emprego "enquanto bem servissem". De todo modo, só podiam ser exonerados pelo Conselho Administrativo depois

de inquérito no qual tinham direito à defesa das acusações que lhes eram imputadas.

Os dois principais dicionários brasileiros, Aurélio e Houaiss, são breves ao definir "economiário". Limitam-se a expressões como "pertencente ou relativo à Caixa" e "funcionário da Caixa". Dicionários incorporados a computadores ainda sublinham a palavra como se ela não existisse. Os milhares de servidores da Caixa, que se orgulham de ser chamados assim, por certo imaginam que a palavra tenha surgido da fusão de "Econômica" com "funcionário". O que talvez nem todos saibam é como, quando e onde ela nasceu. A história, como tantas outras, é pitoresca.

A Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal de Alagoas foi fundada em 2 de agosto de 1953. Para celebrar o evento, a diretoria recém-eleita promoveu uma excursão à praia de Riacho Doce. A festa serviu para a confraternização da categoria, mas era pouco. A associação queria inserir a nova entidade na sociedade local. Por isso, um mês depois, alugou o salão do aristocrático Clube Fênix Alagoana para um evento que se tornaria destaque no calendário social de Maceió naquele ano.

Quando a imprensa divulgou a realização da "I Festa dos Economiários", conforme fora batizada pelos organizadores, surgiu logo uma polêmica. A Gazeta de Alagoas publicou o artigo escrito por um certo professor Luís Lavanère no qual a nova palavra era duramente criticada e seus criadores desafiados a lhe justificar a origem. A origem, na verdade, era bastante óbvia. Tratava-se de um purismo e, portanto, o bate-boca não vingou. Os principais interessados aprovaram o neologismo – e ele "pegou". A partir de então, os funcionários da Caixa adotaram o nome que ainda os identifica.

Independentemente da forma como fossem chamados, os empregados da Caixa enfrentaram, durante muito tempo, os efeitos negativos de sua condição. Eram bancários, por certo, mas





também eram servidores públicos. De modo geral, as autoridades os tratavam como melhor lhes convinha: integravam-nos às fileiras do funcionalismo na hora de cobrar deveres, mas os excluíam no momento de gozar os benefícios. Fora assim desde 1861. A cada novo regulamento, a situação não se alterava.

Durante a Era Vargas, por obra do Decreto-Lei nº 627, emitido em 18 de agosto de 1938, os economiários foram surpreendidos pelo anúncio de outra medida discriminatória, e das mais graves. O decreto obrigava sua associação ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB). Seria razoável para os economiários terem a condição transmutada de funcionários públicos para bancários não fosse o fato de que a nova lei apenas os enquadrava nessa categoria, sem lhes conceder quaisquer dos benefícios obtidos pelos bancários ao longo de décadas. Não tinham sequer o direito de filiar-se ao sindicato. Obrigados a engordar os robustos cofres do IAPB com contribuições mensais, tinham como contrapartida benefícios irrisórios ou inúteis, como a assistência médica, já prestada com eficiência pelas Caixas por meio de suas sociedades beneficentes. Como se não bastasse, ainda lhes subtraíam direitos, como o da aposentadoria com benefícios integrais. A partir de então, os economiários seriam submetidos a um teto de 80% dos salários recebidos enquanto na ativa, obedecendo ao limite de Cr$ 2 mil. Tal expediente era potencialmente prejudicial a 75% dos funcionários da Caixa.

Mais do que financeiros, os prejuízos eram morais. Depois de toda uma vida dedicada à instituição, muitos economiários sentiam-se agora atraiçoados pelo governo. A condição desmoralizante de seus servidores se refletia no desempenho da Caixa. Como as regras do IAPB só previam aposentadoria por invalidez, ignorando o tempo de serviço, quem sonhava com algum descanso no final de uma longa carreira era obrigado a continuar na ativa. Tornou-se comum encontrar por trás dos balcões das agências homens idosos e desanimados, cuja única perspectiva era trabalhar com o mesmo afinco e lealdade até o fim da vida.

A esperança de reverter a situação materializou-se na forma de uma brecha na lei, aberta pelo Decreto nº 20.465, de 1º de outubro de 1931: "Os servidores públicos de transporte, luz, força, telefone, postes, água, esgotos ou outros que venham a ser considerados como tais, quando explorados diretamente pela União, pelos estados, pelos municípios, ou por empresas particulares, terão obrigatoriamente, para os empregados de diferentes classes ou categorias, caixas de aposentadorias e pensões, com personalidade jurídica regida pelas disposições desta lei e diretamente subordinadas ao Conselho Nacional do Trabalho".

Como as Caixas haviam sido consideradas "de utilidade pública" por um decreto assinado em 19 de julho de 1934, surgia um caminho para a formação de uma caixa de aposentadorias e de pensões dos funcionários das Caixas Econômicas Federais. Ainda assim, a situação de penúria provocada pela adesão forçada ao IAPB arrastou-se por quase dez anos. Mesmo amparados por lei, os economiários tinham suas iniciativas rechaçadas pelo governo com base em outras leis e decretos, num emaranhado jurídico sem fim.

A situação só começou a mudar em agosto de 1947. Durante a VI Reunião Congressual das Caixas Econômicas Federais, os advogados Antônio Cornélio Pompéia e Carlos Dunshee de Abranches defenderam teses sobre a criação de um instituto. Com base nelas, o presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, Luiz Rodolpho de Miranda, determinou a elaboração de um projeto, tarefa incumbida a Assis Ribeiro, consultor jurídico da entidade.





AO ALTO E ACIMA – PENAS E PINS
Conjunto de penas Malat, usadas pelos escriturários da Caixa antes das máquinas de escrever, e os botões de lapela dados pela Caixa de São Paulo para seus funcionários na década de 1940.
Museu da Caixa, São Paulo

P. 311 – LETRA CURSIVA
Página do Livro de Contas da Caixa da Corte, redigido à mão em 1861.
Museu da Caixa, Brasília

O I Congresso dos Empregados das Caixas Econômicas Federais, realizado de 29 de setembro a 8 de outubro de 1947 na sede do Conselho Superior, no Rio, deu impulso à empreitada, apesar das vozes discordantes, entre as quais se sobressaía a de Antônio Ático Leite, diretor da Caixa de Santa Catarina. Era necessário encontrar um político importante disposto a abraçar a causa. O escolhido foi o deputado Ulisses Guimarães, como explica Antônio Cornélio Pompéia: *"Pouco tempo depois eu procurava o deputado Ulisses Guimarães, que era de São Paulo (...). Pedi a ele que nos indicasse alguém que pudesse nos ajudar, abreviando os caminhos burocráticos que certamente iríamos encontrar no Congresso Nacional. Todavia, Ulisses gostou tanto do projeto que se prontificou a defendê-lo"*. Sob o número 2.486, o projeto foi aprovado pelo Congresso sem alterações, o que parecia indicar que seria sancionado pelo presidente Café Filho.

Os economiários estavam otimistas naquele final de 1954. No entanto, em mensagem pronunciada exatamente no dia 24 de dezembro, Café Filho, defensor da tese de unificação do sistema previdenciário, e provavelmente pressionado pelo influente mercado de seguros, deu à categoria o pior presente de Natal possível: vetou a lei.

A nova derrota não abateu o ânimo dos economiários, que decidiram reapresentar a proposta. Como o projeto era tecnicamente perfeito, tanto que passara sem modificações pelo crivo do Congresso, não havia muito a fazer naquele sentido. Se o problema era a resistência à criação de uma caixa de aposentadorias, os economiários decidiram simplesmente maquiar a ideia chamando-a de Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (Sasse). "Mudava o nome, mas era basicamente o mesmo projeto anterior, com poucas alterações", escreveu Pompéia.

Novamente procurado pela categoria em 1956, Ulisses Guimarães, então presidente da Câmara, continuava simpático à causa, mas argumentou que teria de passá-la a outro deputado, o gaúcho Tarso Dutra, cuja reação inicial não foi das melhores, conforme Pompéia: "Tarso possuía uma certa aversão aos institutos; todavia, à medida que nós lhe expúnhamos o projeto, as desconfianças foram sumindo. Quando ele concluiu não se tratar de mais um cabide de empregos, que o nosso instituto seria gerido com recursos próprios e administrado pelos próprios economiários, tornou-se um verdadeiro entusiasta de nossa causa".

O projeto nº 1.523/56 foi aprovado pelo Congresso em 5 de maio de 1957, embora não de modo tão pacífico quanto o anterior. Caberia ao presidente Juscelino Kubitschek sancioná-lo ou vetá-lo. Ressabiados pela experiência anterior, e informados de que o Ministério da Fazenda apresentara a JK um arrazoado recomendando o veto, os economiários empreenderam uma campanha em favor do Sasse. O projeto chegou ao Palácio do Catete para apreciação do presidente em 21 de maio, mas, em função de outros compromissos, a decisão foi transferida para o dia seguinte.

Na manhã de 22 de maio, na presença de Ulisses, e contrariando as pressões a favor do veto, JK aprovou a Lei nº 3.149, criando o Sasse. A data, consagrada a Santa Rita de Cássia, considerada a santa das causas impossíveis, tornou-se o Dia do Economiário, e Santa Rita, a padroeira da categoria e da recém-nascida entidade. Ironicamente, em 4 de julho de 1958, o presidente da República nomeou como primeiro presidente do Sasse Antônio Ático Leite, o diretor da Caixa catarinense que, uma década antes, havia sido um dos mais ferrenhos opositores à ideia.



ACIMA – BARBANTE DOS "BARNABÉS"
Em 1947, os compositores Haroldo Barbosa e Antônio Almeida gravaram o samba Barnabé, *sobre um funcionário público "Letra E", de baixa remuneração, portanto. O apelido pegou, e muitos amanuenses passaram a ser chamados dessa forma. Dentre eles, os economiários que lidavam com tesoura, cola e barbantes.*
Museu da Caixa, São Paulo

ABAIXO – OS HOMENS QUE CALCULAVAM
Máquina de calcular manual Facit, da década de 1920.
Acervo da Caixa, Rio de Janeiro



Administrado pelos economiários, o Sasse integrava não somente os servidores das Caixas Federais, mas também os das estaduais. Ao longo de duas décadas, prestou serviços altamente relevantes à categoria, embora tenha sofrido constantes ameaças de extinção. Os defensores da unificação da Previdência queriam simplesmente acabar com o Sasse. Havia também quem defendesse sua incorporação ao Ipase ou seu retorno ao IAPB. Nem sequer a criação do INPS, em 1966, foi capaz de eliminá-lo. Mas o órgão acabou extinto pela Lei nº 6.430, de julho de 1977.

Os economiários, que haviam lutado ao longo de décadas pela concretização do sonho de uma caixa de aposentadorias e pensões, logo perceberam que não havia motivo para apreensão com a extinção do Sasse. O que estava por vir atenderia às suas expectativas. A Fundação dos Economiários Federais (Funcef), substituta do Sasse, começou a nascer em 24 de setembro de 1975, quando o presidente da Caixa, Karlos Rischbieter, levou a proposta ao ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, do qual recebeu apoio integral.

Criado oficialmente em 1º de agosto de 1977, o novo órgão iniciou suas atividades com uma carteira de 20 mil associados, herdada do Sasse. A Funcef destinava-se a proporcionar suplementação salarial aos aposentados e pensionistas. Nesses 25 anos de atuação, transformou-se no maior fundo de pensão do Brasil, com 70 mil associados, e investiu R$ 9 bilhões em empresas nacionais.

Nas palavras de seu primeiro presidente, Paulo Cezar Figueiredo de Mattos, pronunciadas na reunião inaugural da entidade, realizada um mês antes da criação oficial, "a implantação da Funcef se constitui em um marco decisivo para a garantia de um futuro tranquilo aos servidores da Caixa e seus familiares". O regulamento básico e o plano de benefícios estavam prontos havia três meses e previam a inclusão de todos os empregados da Caixa admitidos até julho daquele ano, mais a totalidade dos inativos e pensionistas. Dois anos mais tarde, a Funcef assumiu também o controle acionário da Sasse Seguradora, que mantinha gestão independente.

Em um quarto de século, a Funcef quadruplicou o número de associados, hoje em torno dos 70 mil, dos quais 51 mil estão na ativa. Os 662 benefícios concedidos em 1977 saltaram para 18 mil em 2002. Nos últimos três anos, os administradores da Funcef adotaram uma política de investimentos agressiva, o que fez aumentar de forma considerável o patrimônio de seus associados. De R$ 7,3 bilhões em 2000, o patrimônio cresceu para R$ 8,7 bilhões em 2001, ou seja, um aumento de R$ 1,4 bilhão em apenas 12 meses. Um imenso avanço para uma classe que, durante mais de um século, foi deixada à margem dos benefícios concedidos ao funcionalismo público – embora dele sempre tenha feito parte.

Os economiários não apenas construíram a história da Caixa – eles também a escreveram, antes e, por enquanto, melhor do que qualquer historiador. Embora, de certa forma, a trajetória da instituição tenha sido registrada por gênios da literatura, como Machado de Assis e Lima Barreto, ou por eficientes escritores profissionais, como Coelho Neto e Austregésilo de Athayde, e apesar de chances extraordinárias terem sido desperdiçadas (é impossível não imaginar o que Mário de Andrade poderia ter produzido, sendo ele filho de um funcionário de carreira, bem como é lícito sonhar com as obras que surgiriam caso um Oswald de Andrade, ou, quando menos, um Samuel Ribeiro tivessem deixado memórias sobre o "banco dos pobres"), o fato é que a história da Caixa acabou sendo registrada graças ao esforço individual de "meros amanuenses".

Herculano Marcos Inglês de Souza é considerado o "pai do naturalismo no Brasil" e o primeiro discípulo brasileiro do francês Émile Zola.

Tendo presidido a Caixa por quase uma década, também poderia ter escrito a história da instituição. Ele não o fez, mas, em compensação, incentivou o escriturário Ariovisto de Almeida Rego a reunir e publicar "o pequeno amontoado de notas colhidas dia a dia, no decorrer da vida de funcionário". Foi assim que nasceu o precioso *Resumo Histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro*, publicado em 10 de julho de 1914 e hoje fonte indispensável para conhecer o percurso e os percalços da instituição.

Ariovisto dedicou toda a sua vida profissional à Caixa. Deu emprego ao filho homônimo – que, em 1978, se tornaria presidente da empresa. Mas não foi só: em 1922, também contratou o escriturário Jeronymo Pinheiro de Castilho. Este se tornaria (graças à máquina de escrever Remington que comprou às próprias custas) o primeiro datilógrafo da história da Caixa, decretando o fim da escrituração feita à mão com penas Malat. Trabalhando na instituição por mais de 40 anos, Castilho vivenciou a crise de 1929, a Revolução de 30, as mudanças feitas pelo Regulamento de 1934, o golpe do Estado Novo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o suicídio de Getúlio Vargas, o centenário da Caixa, os breves governos de Jango e Jânio e o golpe de 1964 – que o destituiu da presidência da Caixa e o levou injustamente à prisão.

Toda essa movimentada trajetória, que inclui ainda a descoberta da tetraneta do primeiro depositante da Caixa e a devolução de brinquedos penhorados, Castilho registrou em seu saboroso *Coisas da Velha Caixa*, livro que ele escreveu no final da década de 1970 e que Gil Gouveia Macieira mandou editar em 1983. Com a obra – memorialística e ingênua, mas ainda assim fundamental –, Jeronymo de Castilho juntou-se à estirpe de economiários historiadores na qual já se incluíam Paulo Martins, Dunshee de Abranches, De Plácido e Silva, Carlos Simch, João Gualberto de Oliveira e outros compiladores devotados.

Hoje, essa linhagem encontra continuidade na figura tímida de Paulo César Ribeiro, jovem economiário que, em 1986, não apenas ajudou a dissipar a poeira e os espectros que rondavam o então abandonado prédio da Caixa na Praça da Sé, em São Paulo – participando ativamente da criação do Museu da Caixa paulista – como redigiu, por iniciativa própria, uma boa *História da Caixa Econômica Federal de São Paulo*. Sua paixão pela empresa mantém viva a chama que, desde o momento em que Ariovisto de Almeida Rego recolheu seu "pequeno amontoado de notas", vem estimulando os economiários não só a construírem, mas a transformarem a história da Caixa em mais uma história brasileira.

ASSISTÊNCIA
Reconstituição, baseada em fotografia da época, da sala de curativos e pequenas cirurgias instalada em 1939 pela Sociedade Beneficente dos Funcionários da Caixa de São Paulo na agência da Sé. Fundada em 1907, a Sociedade Beneficente foi o primeiro órgão assistencial dos economiários paulistas.
Museu da Caixa, São Paulo



A diversidade da grande família Caixa



DIVERSIDADE
Empregados da Caixa descendentes de imigrantes posam em trajes de época. São várias as etnias presentes no quadro funcional da instituição.
Acervo Caixa

Uma das razões do permanente sucesso da Caixa por certo é o fato de oferecer uma rica variedade de produtos e serviços diretamente ligados aos interesses cotidianos dos brasileiros de diferentes paragens, origens, etnias, tradições e condições socioeconômicas. Poupança, loterias, casa própria, penhor, FGTS, são todos pontos de contato com a população desde a abertura das portas da instituição, há 150 anos. Tampouco restam dúvidas acerca da imensa contribuição dada pelos milhares de economiários que a cada dia, ao longo deste século e meio, ajudaram a fazer da Caixa um genuíno banco do povo.

Certamente não por acaso, o conjunto dos funcionários da Caixa em todo o país abriga grupos de variadas etnias, numa representação da sociedade multicultural brasileira.

Somente os que se descrevem como "de cor amarela" chegam a cerca de 2,5 mil, sendo que a maioria deles é de origem japonesa. Os primeiros imigrantes daquele país chegaram em 18 de junho de 1908, a bordo do navio *Kasatu Maru*, a fim de trabalhar nas lavouras de café paulistas. Um século depois, eles somam 1,5 milhão, formando no Brasil a maior colônia nipônica fora do Japão.

O estado com maior população de japoneses e descendentes é o Mato Grosso do Sul – são 65 mil pessoas, cerca de 3% da população. Ao inaugurar a agência Via Park – com foco nas remessas internacionais – em Campo Grande, capital sul-mato-grossense, a Caixa nomeou Nelson Sato como gerente de relacionamento. Do grupo de pouco mais de duas dezenas de funcionários da agência, quase a metade é nissei (filho de imigrante) ou sansei (neto de imigrante). Sendo muitos dos clientes japoneses ou descendentes, o sucesso imediato da agência é reflexo, entre outras coisas, da identificação entre os clientes e os empregados.

A forte presença nipônica facilita o fechamento de negócios também pelo fato de que alguns desses clientes não falam português, ou não o falam bastante bem a ponto de se sentirem seguros ao tratar de negócios envolvendo grandes cifras. Nesses casos, sempre encontrarão um economiário com o domínio do idioma. Nas demais agências espalhadas pelo país, economiários de origem japonesa – povo reconhecido pela seriedade, honestidade e disciplina no trabalho – ajudam a disseminar sua cultura. Alguns, nos fins de semana, ainda se dedicam a ensinar aos colegas a arte do origami, ou como cultivar e cuidar de um bonsai. Por ocasião do centenário da imigração, em 2008, a Caixa promoveu um ciclo de palestras intitulado *Meu Japão Brasileiro* no Conjunto Cultural de São Paulo, na Praça da Sé, com temas como cinema, dança tradicional e contemporânea e *anime* (o cultuado desenho animado japonês).

No ano seguinte foi a vez de a Caixa celebrar a contribuição indígena na formação do povo brasileiro, produzindo um filme institucional exibido pelas emissoras de TV entre 18 e 21 de abril – o Dia do Índio é comemorado em 19 daquele mês – e depois levado a 72 salas de cinema em diversas capitais. A economiária Dione Maués da Silva, da agência Aeroclube Plazza, de Salvador, descendente da tribo Sateré-Mawé, foi escolhida para representar no filme os empregados com sangue indígena da

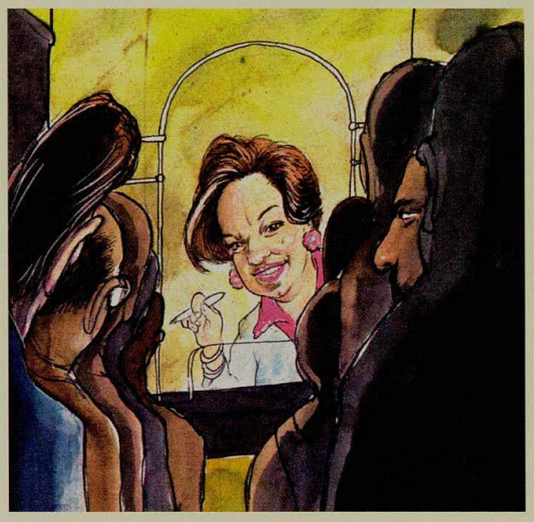
Caixa. Dione, que viveu na tribo até completar um ano de idade, quando a família se mudou para Belém (PA), mantém ainda hoje alguns costumes indígenas, como dormir no chão e comer de colher.

Ainda em 2009, a Caixa valeu-se do mesmo recurso para homenagear os mais de 14 mil economiários afrodescendentes. Por ocasião da Semana da Consciência Negra, cujo ponto culminante ocorre em 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, a Caixa novamente produziu um filme institucional. A peça publicitária, baseada no poema *Encontrei Minhas Origens*, de Oliveira Silveira, um dos idealizadores do Dia da Consciência Negra, foi dirigido por Heitor Dhalia, de *Cheiro do Ralo* e *À Deriva*. No elenco, mais uma vez, um economiário, Délio de Oliveira Martins, gerente-geral da agência 28 de Setembro, no Rio, e pós-graduado em História e Cultura Afrodescendente pela PUC-RJ.

O respeito à diversidade na Caixa não se verifica apenas em relação a raças, mas também a gênero: cerca de 40% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres, sendo que, em 2006, Maria Fernanda Ramos Coelho tornou-se a primeira mulher a assumir a presidência da instituição. Além de ser uma das maiores empregadoras do país e, portanto, uma das maiores empregadoras de mulheres – elas representam cerca de 47% de seu quadro funcional, acima da média brasileira e da média mundial, que é de menos de 42% –, a Caixa foi pioneira na abertura do mercado de trabalho ao sexo feminino, lá no início do século 20. A escriturária Francisca Sant'Ana Alves de Souza tornou-se uma das primeiras economiárias ao ser contratada pela Caixa do Rio em abril de 1915.

O caminho para a diversidade começou a ser trilhado de modo mais efetivo a partir da Constituição de 1988, cujos desdobramentos possibilitaram à Caixa realizar novas contratações, incluindo cotas para portadores de necessidades especiais, além de eliminar mecanismos de limitação da idade. Graças a isso, muitos aposentados puderam optar por continuar trabalhando na instituição na qual haviam passado toda sua vida profissional, ou boa parte dela. Para se ter uma ideia, o número de economiários com necessidades especiais saltou de 35, em 1988, para 247 já em 2002. Naquele período, 44% dos novos contratados era mulheres e mais de 13% pertencia à chamada população não branca – negros, pardos, indígenas e amarelos.

Desde 2005, quando incluiu o Programa de Gestão da Diversidade em seu planejamento estratégico bienal, a Caixa vem ampliando esforços para trabalhar com todos os aspectos culturais – raça, gênero, deficiência, orientação sexual e crenças religiosas, entre outros – em relação aos funcionários – bem como em relação aos clientes e à sociedade em geral. Além de receber bem funcionários com deficiência, o que, afinal de contas, é o mínimo, a Caixa promove ações no sentido de fazer com que tais economiários sintam-se bem no local de trabalho, tenha facilidade de acesso às instalações, condições adequadas de trabalho e possibilidades de crescimento, a exemplo do que ocorre com todos os economiários que ajudaram a Caixa a atingir posição de tamanho destaque na vida nacional.



No livro *São Paulo por Paulo Caruso*, o desenhista prestou uma homenagem a sua mãe, Marina, que trabalhou como escriturária da Caixa na agência da Sé. Caruso a definiu como "ruiva, nariz de Sophia Loren, sobrancelhas idem e um jeito alegre de ser que cativava as pessoas ao seu redor, no esplendor de seus 40 anos". A seguir, trecho do livro, que também foi publicado na revista *Gente da Caixa*:
"Tido e havido como o centro de tudo, o marco zero nunca me convenceu. Como acreditar num lugar que se julgue o centro de tudo, que aponte em todas as direções como referência primordial a partir da qual, sem ela, todo o entorno é nada? Pois era mais ou menos essa sensação que eu experimentava quando, a partir dos 14 anos de idade, fazia fila pra ver mamãe, então uma escriturária da Caixa Econômica Federal. A partir do momento em que eu era avistado atrás do meu antecessor, um sorriso se abria em seu rosto e, ajeitando os cabelos com uma pescoçada digna de uma estrela de cinema, Dona Marina estufava o peito (e que peitos!) e fulminava: 'Meu Filho.' A partir deste momento eu, de zero à esquerda, virava um marco zero, todo mundo me olhando, querendo passar a mão e desconfiado pra ver se eu era mesmo o filho da Marina."

Agradecimentos

A equipe de produção e os autores de Caixa: 150 anos de uma história brasileira querem agradecer a todos os economiários e funcionários de agências da Caixa cuja colaboração foi fundamental para a realização deste livro.

Agradecimentos nominais a: Clauir Luiz Santos, Luiz Tadeu Rigo, Gerson Bordignon, Paulo Victor Pereira Resende Silva, Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira, Maria das Graças de Assumpção Fernandes, Simone Castelo Branco de Souza e Gustavo Luiz Pacheco (todos da Sumac – Superintendência Nacional de Marketing e Relações Institucionais); Bernadete Maria Pinheiro Coury e Susete Assis Campos (da área de Habitação); Orlando Pereira Cezar e Clarice Coppetti (da área de Tecnologia); Luiz Antonio Rech, Paulo Eduardo Tonkovitch, Raymundo Wilson dos Santos Oliveira e Roberto Derziê (das Loterias); Humberto José Teófilo Magalhães, Marcio Vieira Recalde, Rosane Fernandes Ramos, Paulo Roberto Gomes, Rosane de Araújo e Jorge Galvão (das áreas de Poupança e Penhor); e Joaquim Lima de Oliveira e Sávio Marcos Garbin (do FGTS).

Agradecimentos também à equipe das agências da Caixa em Pelotas (RS), Piratini (RS), Santo Ângelo (RS), Caçador (SC), Palmares (AL), Curitiba (PR), Fortaleza (CE) e Belém (PA).

Por fim, agradecemos ainda a Henrique Pires, Luís Augusto Fischer, Rodrigo Bonaldo, Rafael Guimaraens/Libretos e a Fernanda Barroso, pelo empenho e dedicação.

Bibliografia comentada

As principais histórias da Caixa Econômica foram escritas por economiários. A fonte primária mais importante, no entanto, são as leis e os decretos que definiram a personalidade jurídica da instituição. Eles foram compilados e comentados pelo advogado De Plácido e Silva em seu inestimável *As Caixas Econômicas Federais* (Curitiba, 1937, Empresa Gráfica Paranaense). Outro texto fundamental é o saboroso *Resumo Histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro* (Rio, 1914, Imprensa Nacional), de Ariovisto de Almeida Rego, economiário que entrou na Caixa ainda no século 19 e reuniu, por conta própria, uma série de dados sobre os primeiros 50 anos da instituição, publicando-os por iniciativa do então presidente da Caixa do Rio, Inglês de Souza. Igualmente indispensável é o delicioso *Coisas da Velha Caixa* (Rio, 1983, Itaimbé), livro de memórias que o ex-presidente da instituição no Rio, Jeronymo Pinheiro de Castilho, escreveu no final da década de 1970 e que Gil Gouveia Macieira, presidente da Caixa entre 1979 e 1984, publicou em 1983, ano em que Castilho completou 82 anos.

Dois outros estudos realizados por economiários são indispensáveis para se reconstituir a história da empresa. São eles: *Caixa Econômica: Comentários*, de Paulo Martins (Rio, 1926, Mendonça, Machado & Cia), que analisa detalhadamente todos os regulamentos promulgados até 1915, e *Caixas Econômicas: Economia e História*, de João Gualberto de Oliveira (São Paulo, 1954, Memória), no qual o autor compila a história das Caixas nas principais nações do mundo. Também recomendável é o breve resumo, ainda inédito, que Paulo César Ribeiro, da Caixa de São Paulo, produziu por conta própria, intitulado *Caixa – 140 Anos de História* (São Paulo, 2001). Dentre as histórias da Caixa, a exceção, justamente por não ter sido escrita por um funcionário da empresa, é o estudo *História de uma Instituição Brasileira: A Caixa Econômica Federal*, do historiador Nildo Wilson Luzio. Embora não tenha sido publicado em livro, trechos do estudo de Luzio estão disponíveis na internet no site da Caixa (www.caixa.gov.br).

Existem também boas histórias regionais da Caixa. Dentre elas, a mais completa é *História da Caixa Econômica de São Paulo*, do já citado Paulo César Ribeiro (São Paulo, 1997, Memória). Mas *A Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul em seu Jubileu de Diamante*, de Carlos Simch (Porto Alegre, 1950, edição da Caixa), e *Relatório da Vida da Caixa Econômica de Pernambuco, 1876-1956*, organizado por Fernando Uchôa Costa (Recife, 1957, edição do autor), também são documentos preciosos. Foram consultados ainda *A Caixa Econômica Federal do Paraná* (Curitiba, 1993, edição da Superintendência Regional do Paraná) e *Caixa Econômica Federal: Sua História na Paraíba*, de Balila Palmeira e Messina Palmeira Dias (João Pessoa, 1996, edição da Caixa).

As revistas, os jornais e publicações internas da Caixa também configuram fontes importantes, repletas de curiosidades e dados históricos. Foram consultados vários números do *Boletim Oficial* da Associação do Pessoal da Caixa Econômica (APCE), editado no Rio de Janeiro entre fevereiro de 1944 e dezembro de 1950, outros tantos exemplares da *Revista da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro*, publicados entre dezembro de 1953 e março de 1956, alguns números da *Revista das Caixas Econômicas Federais*, editada entre 1948 e 1969 pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, bem como os 24 primeiros exemplares do *Jornal da Caixa*, publicados entre janeiro de 1975 e dezembro de 1976.

Essas foram as fontes gerais utilizadas para a redação de *Caixa: 150 anos de uma História Brasileira*. A bibliografia sobre temas específicos será mencionada a seguir, de acordo com a ordem em que os assuntos aparecem no livro.

A Lei dos Entraves tem sido bastante estudada por todos que se dedicam a analisar a história econômica do Brasil. A principal fonte utilizada aqui foi *História Monetária do Brasil*, de Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan (Rio, 1976, IPEA). O tema também é tratado com alguma profundidade por Jorge Caldeira em seu *best-seller Mauá: Empresário do Império* (São Paulo, 1995, Companhia das Letras), que retrata também o confronto entre o barão de Mauá e os ministros Ângelo Muniz Ferraz e visconde de Itaboraí.

Relativamente ao mesmo período e aos mesmos temas, foi consultado ainda *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil*, de Benedito Ribeiro e Mário Mazzei Guimarães (São Paulo, 1967, Pro-Service). A vida do imperador D. Pedro II, fundador da Caixa, passou por uma recente revisão historiográfica, feita por Lilian Moritz Schwarcz em *As Barbas do Imperador* (São Paulo, 1998, Companhia das Letras). O já citado Jorge Caldeira também aborda com detalhes os conflitos entre D. Pedro II e Mauá.

O relato sobre os primórdios da Caixa, suas primeiras reuniões e alterações no Conselho Fiscal foi redigido com base nas informações coletadas por Ariovisto de Almeira Rego, no livro citado anteriormente. O clássico *Antigualhas – Reminiscências de Porto Alegre*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, foi reeditado com introdução e

notas de Sérgio da Costa Franco (Porto Alegre, 1981, Erus). Um bom perfil do primeiro depositante da Caixa pode ser encontrado em *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino Cesar (Porto Alegre, 1956, Globo).

As descrições do Rio de Janeiro em 1861, feitas pelo viajante Charles Expilly, foram citadas por Frédéric Mauro em *A Vida Cotidiana: O Brasil no Tempo de Dom Pedro II* (São Paulo, 1992, Companhia das Letras). Também serviu de fonte *Brazil Pitoresco*, de Charles Rybeirolles (São Paulo, 1941, Livraria Martins Editora), com ilustrações de Victor Front. Os preços praticados no Rio de Janeiro em 1861 foram extraídos do volume II de *História da Vida Privada no Brasil*, organizado por Luiz Felipe de Alencastro (São Paulo, 1997, Companhia das Letras). "A quebra da Casa Souto" foi redigido com base nas descrições do episódio feitas em *História do Banco do Brasil* (Rio, 1988, edição do próprio banco).

A história da instalação da Caixa em São Paulo foi narrada com base no livro já citado de Paulo César Ribeiro. A história da Caixa no Rio Grande do Sul está registrada no livro de Carlos Simch, também já citado. A história das Caixas nas outras províncias do Império foi compilada por Nildo Wilson Luzio, no trabalho já mencionado. As 85 cadernetas de escravos e ex-escravos em poder do Museu da Caixa em Brasília estão por merecer estudo mais detalhado. Para a redação do texto sobre os escravos foi consultado o livro *Visões da Liberdade*, de Sidney Chalhoub (São Paulo, 1990, Companhia das Letras). O perfil do conselheiro Antonio Nicolau Tolentino baseia-se na biografia *Um Funcionário da Monarquia*, de Antonio Candido (Rio, 2002, Ouro sobre Azul).

O confronto entre "metalistas" e "papelistas" no início da República foi bem descrito por Gustavo H. B. Franco no artigo "A Primeira Década Republicana", publicado em *A Ordem do Progresso* (Rio, 1990, Campus), e por Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan no livro já citado. O perfil dos presidentes da Caixa durante a República Velha foi feito com base em informações publicadas por Jeffrey Needell em seu admirável *Belle Époque Tropical* (São Paulo, 1993, Companhia das Letras). O texto de Lima Barreto sobre a Caixa aparece no romance *Clara dos Anjos* e foi transcrito de sua primeira edição (Rio, 1923, Mérito). O perfil de Inglês de Souza foi traçado com auxílio de *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi (São Paulo, 1977, Cultrix). Os episódios relativos à gripe espanhola e seus efeitos na Caixa paulista foram relatados por Paulo César Ribeiro em seu livro já citado.

Para a redação do capítulo sobre a Era Vargas as três fontes fundamentais foram os já citados *Coisas da Velha Caixa*, de Jeronymo de Castilho, e *História da Caixa Econômica Federal de São Paulo*, de Paulo César Ribeiro, além do estudo *A Caixa Econômica Federal no Início dos Anos 30*, preparado pelo Núcleo do Museu da Caixa em Brasília, em setembro de 1989 (cópia datilografada, inédita, arquivada no museu). A edição original do *Regulamento de 1934* também foi consultada (edição da Caixa do Rio, 1934). A história da construção e inauguração do prédio da Caixa na praça da Sé foi registrada por um belo álbum de luxo, editado pela Caixa em 1940. Os episódios sobre o sinuoso relacionamento entre Assis Chateaubriand e a Caixa foram narrados por Fernando Morais em sua brilhante biografia *Chatô, o Rei do Brasil* (São Paulo, 1994, Companhia das Letras).

O capítulo "Caixa da Unificação" foi redigido com base no livro já citado de Nildo Luzio, e os perfis dos presidentes da instituição naquele período foram construídos a partir dos verbetes que constam do monumental *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, editado pela Fundação Getúlio Vargas (Rio, 2001). Também foi consultado o simpático *Feliz 1958: O Ano que Não Devia Terminar*, de Joaquim Ferreira dos Santos (Rio, 1997, Record).

O capítulo "Caixa no Século 21" serviu-se de artigos dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além de informações disponíveis na internet. Os perfis de Danilo de Castro e Sérgio Cutolo foram feitos com base nos verbetes publicados no já citado *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* e em entrevista com Sérgio Cutolo. Os perfis de Emílio Carazzai e Valdey de Albuquerque foram feitos com base em informações de suas assessorias e em entrevistas com ambos. O texto sobre as gestões de Jorge Mattoso e Maria Fernanda Ramos Coelho teve por base informações repassadas pela própria Caixa.

A história da poupança foi construída com base em entrevistas com os atuais responsáveis pelo setor na Caixa, em informações do já citado *Caixas Econômicas: Economia e História*, de João Gualberto de Oliveira, bem como em artigos das enciclopédias Britannica e Delta Larousse. "Terpsícore", o "conto perdido" de Machado de Assis, foi publicado pela primeira vez em livro pela editora Boitempo em 1996. A entrevista de Austregésilo de Athayde relativa à construção do novo prédio da Academia Brasileira de Letras foi concedida ao *Jornal da Caixa* em setembro de 1975 (Brasília, vol. I, número 9, p. 3). A crônica sobre o confisco das poupanças foi publicada pelo *Correio Braziliense* em 20 de março de 1990.

As fontes básicas para a redação do capítulo "Penhor" foram, além de artigos de jornais já mencionados acima, os livros de Ariovisto de Almeida Rego, Carlos Simch e Jeronymo de Castilho, bem como entrevistas com os atuais responsáveis pelo setor na Caixa.

No capítulo "Casa Própria", a fonte primordial sobre o surgimento da primeira favela brasileira foi *História dos Bairros – Zona Portuária*, de Elizabeth Dezouzart Cardoso et alii (Rio, 1987, Index), de onde foi extraído o texto de Everardo Backheuser, ao passo que a história do sistema habitacional no Brasil foi construída com base em *Política Habitacional Brasileira: Análise e Proposta*, tese mimeografada de Mauro Rezende Miranda (Brasília, 1989, UnB), *O Crédito Imobiliário na Caixa Econômica Federal*, de Assis Henrique de Sousa (Rio, 1992, FGV), *Habitação: Formas de Financiamento no Brasil e no Mundo*, de Erlene Maria Lima (Brasília, 1998, FGV), e *Habitação: Solução ou Problema*, de Maria de Fátima Gottschalg (Belo Horizonte, 1990, PUC-MG).

O capítulo sobre o FGTS foi escrito por base nas informações que constam no livro *FGTS 40 anos*, publicado em quatro volumes pela própria Caixa em 2009 e em entrevista com Joaquim Lima de Oliveira.

Sobre a história das loterias existem vários livros, a maioria deles editados pela própria Caixa. Foram consultados, além do capítulo relativo ao tema que consta do livro de Nildo Wilson Luzio, os seguintes: *Nossas Loterias*, *A Loteria Esportiva no Brasil* e *A Loteria do Brasil*, além de *Sorte Grande: A História da Loteria no Brasil*, de Luiz Vinicius Bertoletti (Brasília, 1989, Canopus).

Para a redação do capítulo "Patrimônio Artístico", as fontes primordiais foram publicações da Caixa: *Acervo Caixa*, catálogo da exposição itinerante realizada entre 1997 e 1998, com textos de José Augusto Avancini e introdução de Paulo Herkenhof, *Acervo Caixa*, catálogo da exposição organizada em agosto de 1999, também com textos de Avancini, e *Tesouros da Caixa*, catálogo da exposição organizada em fevereiro de 2002.

O capítulo sobre os "Conjuntos Culturais" da Caixa foi redigido com base em entrevistas feitas com os diretores dos conjuntos de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

As principais fontes utilizadas no capítulo Economiários foram os já citados livros de Ariovisto de Almeida Rego, Carlos Simch, Paulo César Ribeiro e Jeronymo de Castilho. A história do surgimento da palavra "economiário" foi registrada no número 19 do *Jornal da Caixa* (Brasília, 1976, ano 2, p. 2). Os episódios relativos ao surgimento do Sasse foram resumidos com precisão por Paulo César Ribeiro em sua *Pequena História do Sasse* (São Paulo, 1992, edição do autor). Os diversos depoimentos sobre o papel do funcionalismo público no Brasil foram citados por José Murilo de Carvalho em sua resenha sobre o livro *Um Funcionário da Monarquia*, de Antonio Candido, publicada pela *Folha de S. Paulo* do dia 13 de abril de 2002 (Jornal de Resenhas, p. 10).

Os textos sobre as agências retratadas nos boxes "Caixa Aqui" foram redigidos com base em pesquisas e entrevistas, algumas delas feitas *in loco*. Os textos publicados sob a vinheta "Lutas do Povo Brasileiro" foram produzidos com base no livro *Brasil: Uma História*, de Eduardo Bueno (São Paulo, 2010, Leya Brasil). Por fim, foram consultados também virtualmente todos os números da revista *Gente da Caixa*, publicada pela própria instituição desde 2004, bem como todos os relatórios de gestão e balanços sociais dos últimos dez anos.

Créditos Adicionais

P. 110 – *Gaúchos amarram cavalo no obelisco.*
CPDOCa

P. 120, ACIMA – *Batalhão Redentor Filhos do Iguapé - Revolução Constitucionalista de 1932.*
Museu Municipal de Iguapé

P. 120, ABAIXO – *Batalhão Teopompo de Ourinhos.*
Acervo Francisco A. Lopes

P. 124, ACIMA – *Lampião e Maria Bonita.*
Benjamin Abrahão, acervo Aba Film, 1936, Fortaleza

P. 124, ABAIXO – *Grupo de cangaceiros.*
Benjamin Abrahão, acervo Aba Film, 1936, Fortaleza

P. 127, ABAIXO, À DIREITA – *Delmiro Gouveia.*
Coleção Delmiro Gouveia dos Santos

FORMATO: 28 x 29,5 cm
TIPOLOGIA: Minion e Helvética Neue
PAPEL: Couché fosco 150g/m²
NÚMERO DE PÁGINAS: 320
ANO:2010


CAIXA
150 ANOS